

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO – GIT

JULIANA MARIA DE SOUZA XAVIER

PERMANECER OU PERTENCER: experiências de des-locamento de mulheres negras na Universidade

Governador Valadares

2025

JULIANA MARIA DE SOUZA XAVIER

PERMANECER OU PERTENCER: experiências de des-locamento de mulheres negras na Universidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Dra. Fernanda Cristina de Paula
Coorientadores: Dr. Edmarcius Carvalho Novaes
Dr. Eduardo José Marandola Jr.

Governador Valadares

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas (Sibi/UNIVALE)

X3p Xavier, Juliana Maria de Souza
 Permanecer ou pertencer: experiências de des-locamento
 de mulheres negras na universidade [recurso eletrônico] / Juliana
 Maria de Souza Xavier ; orientadora Fernanda Cristina de Paula ;
 coorientadores Edmarcius Carvalho Novaes, Eduardo José
 Marandola Junior.-- Governador Valadares, 2025.
 96 p. il. color.
 Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) –
 Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2025.
 1. Ensino Superior - Mulheres negras. 2. Ensino Superior -
 Governador Valadares (MG). 3. Programas de ação afirmativa. 4.
 Discriminação racial. 5. Corpo-território. I. Paula, Fernanda Cristina
 de, orient. II. Novaes, Edmarcius Carvalho, coorient. III. Marandola
 Junior, Eduardo, coorient. IV. Título.

CDD: 378.8151

**Missão**

Construir e compartilhar o conhecimento por meio da formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e regional.

Visão

Ser referência como instituição educacional inovadora, comunitária e inclusiva.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

Juliana Maria de Souza Xavier

“Permanecer ou pertencer: experiências de des-locamento de mulheres negras na Universidade”,

Dissertação aprovada em 09 de abril de 2025,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:

Fernanda Cristina de Paula

SIGNED VIA ILOVEPDF

Dra. Fernanda Cristina de Paula
Orientadora – GIT/Univale

Edmarcius Carvalho Novaes

SIGNED VIA ILOVEPDF

Dr. Edmarcius Carvalho Novaes
Coorientador-GIT/Univale

Eduardo José Marandola Jr.

SIGNED VIA ILOVEPDF

Dr. Eduardo José Marandola Jr
Coorientador- Unicamp-Limeira SP

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

SIGNED VIA ILOVEPDF

Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Examinadora – GIT/Univale

Antônio Filogênio de Paula Jr.

SIGNED VIA ILOVEPDF

Dr. Antônio Filogênio de Paula Junior
Examinador -Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA / Unicamp

Campus I

Campus Armando Vieira
Rua Juiz de Paz José Lemos, 695 – Vila Bretas
CEP: 35030-280 | Governador Valadares/MG
(33) 3279-5200

Campus II

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
CEP: 35020-220 | Governador Valadares/MG
(33) 3279-5500

univale.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me revestir de força para completar essa caminhada. Aos meus pais, por, desde cedo, incentivarem minha caminhada acadêmica; à minha irmã, por escutar e ser a leveza depois dos meus dias de cansaço. Vocês são a razão do porquê eu continuo.

À minha orientadora, Fernanda, com toda sua gentileza e afetividade, me ensinou a permissão do sentir e acreditou em mim mais do que eu mesma. Obrigada por me mostrar onde posso chegar e abrir esses caminhos. Aos meus coorientadores: Edmarcius, meu primeiro orientador na caminhada acadêmica, desde 2014 você enxerga rotas que eu mesma não visualizo, obrigada por abrir o caminho para que o mestrado fosse possibilidade para mim. Eduardo, (quem carinhosamente chamo de avô), a cada conversa parecia que via inquietações que nem eu sabia que existiam e me mostrava as possibilidades para além do papel, obrigada pela sensibilidade e acolhimento.

Ao Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD), por ser casa. Ao Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliências (LAGERR), pelo acolhimento dessa mineira que foi se apropriando do lugar, muito deste trabalho é fruto das desconstruções que o viver esse laboratório me permitiu. Ao Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia - NOMEAR, por mostrar como a fenomenologia é possibilidade.

Aos amigos, de Valadares, Diamantina, Limeira, Londrina, Bahia, Rio de Janeiro, Fortaleza, e outros lugares desse Brasil, obrigada pelo encontro, por me permitirem ser e pela leveza.

A Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) pelo apoio financeiro.

A todas as mulheres negras que deram vida a este texto e as que vieram antes de nós. Obrigada por serem resilientes, resistentes e por existirem mesmo com as dificuldades diárias.

RESUMO

A pesquisa se centra nas experiências de mulheres negras no Ensino Superior em uma Universidade privada (comunitária) da cidade de Governador Valadares, Minas Gerais. Como objetivo geral pensa-se em compreender como os corpos-territórios de mulheres negras vivenciam a Universidade. Pensamos essas vivências por meio do corpo, apoiando na abordagem fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty sobre o corpo e sua relação com o mundo. Para discussão racial o trabalho se debruçou em autoras e autores negros, valorizando o tripé interseccional de raça, gênero e classe social. O material empírico da pesquisa foi construído em conjunto com o projeto de pesquisa “Políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior em Governador Valadares: uma discussão sobre acesso e equidade”, em que foram entrevistados 11 estudantes negros (sete mulheres e quatro homens). Das sete entrevistas mulheres quatro foram selecionadas para compor o material empírico disposto em que foram analisados a luz da fenomenologia, buscando fenômenos em comum nas experiências das participantes, a saber: acúmulo e des-locamento corpóreo. Os fenômenos mostram que as experiências de violências raciais e de gênero são acumuladas e sentidas no corpo, e por meio disso a forma como se relacionam corporalmente com os territórios e lugares que ocupam e consequentemente a influência na permanência e pertencimento na Universidade. O estudo mostrou que as experiências de des-locamento corpóreo de mulheres negras é resultado de toda uma construção histórica e social do Brasil e revela que olhar para o que o corpo-território de estudantes negras falam sobre suas vivências é o caminho para revelar a existência.

Palavras-chave: permanência no ensino superior, mulheres negras, corpo-território, des-locamento corpóreo, acúmulo racial, fenomenologia

ABSTRACT

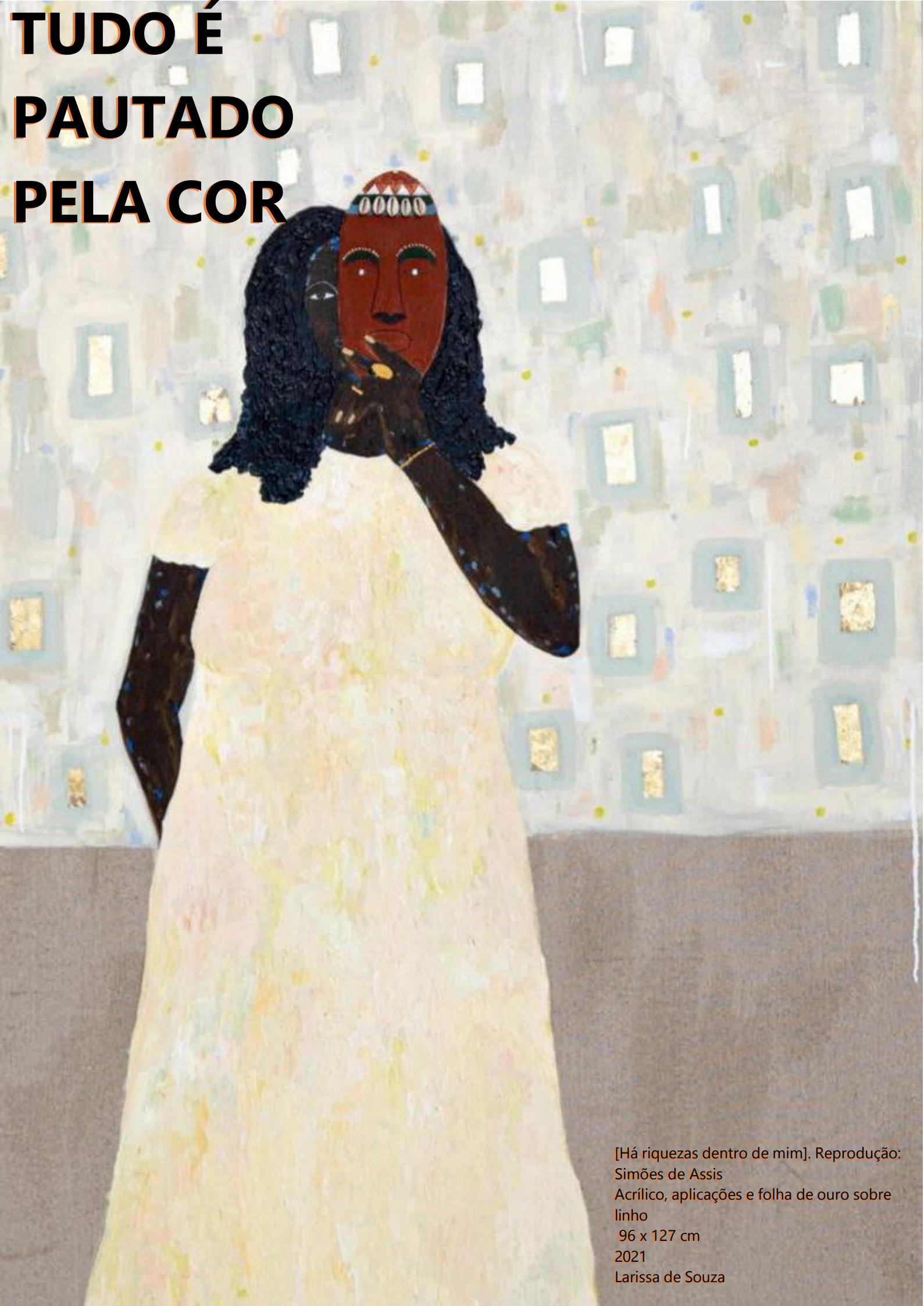
The research focuses on the experiences of black women in higher education at a private (community) university in the city of Governador Valadares, Minas Gerais. The general objective is to think about how the bodies-territories of black women experience university. We think about these experiences through the body, based on Maurice Merleau-Ponty's phenomenological approach to the body and its relationship with the world. For the racial discussion, the work focused on black authors, valuing the intersectional tripod of race, gender and social class. The empirical material for the research was constructed in conjunction with the research project "Affirmative action policies in higher education institutions in Governador Valadares: a discussion on access and equity", in which 11 black students (seven women and four men) were interviewed. Of the seven women four women were selected to make up the empirical material, which was analyzed in the light of phenomenology, looking for phenomena in common in the participants' experiences, namely: accumulation and bodily dis-location. The phenomena show that the experiences of racial and gender violence are accumulated and felt in the body, and through this the way they relate bodily to the territories and places they occupy and consequently the influence on their permanence and belonging at university. The study showed that black women's experiences of bodily dislocation are the result of a whole historical and social construction in Brazil and reveals that looking at what the body-territory of black students says about their experiences is the way to reveal existence.

Keywords: permanence in higher education, black women, body-territory, bodily dis-location, racial accumulation, phenomenology

Sumário

TUDO É PAUTADO PELA COR.....	8
SEÇÃO 1: A FISSURA DE PERTENCER.....	17
 1.1 – Universidade Vale do Rio Doce: do território-lugar à pesquisa	18
1.1.1 – Projeto Institucional e recorte de pesquisa.....	22
1.1.2 – Corpo, lugar, território e experiência: caminhos teóricos.....	27
 1.2 – Ações afirmativas e a experiência de estudantes negras.....	33
SEÇÃO 2: TORNAR-SE NEGRA: O SENTIR VIOLENTO DO RACISMO	44
 2.1 – Violências raciais.....	45
 2.2 – Acúmulo racial e o des-locamento corpóreo	56
SEÇÃO 3: UNIVERSIDADE: CONVÍVIO OU DISCÓRDIA?.....	62
 3.1 – Univale descrita racialmente	63
 3.2 – Experiências de des-locamento e as estratégias corpóreas	66
ABRINDO CAMINHOS DE REFLEXÃO	78
Referências.....	82
Anexos.....	89

TUDO É PAUTADO PELA COR



[Há riquezas dentro de mim]. Reprodução:
Simões de Assis
Acrílico, aplicações e folha de ouro sobre
linho
96 x 127 cm
2021
Larissa de Souza

Tudo é pautado pela cor, e no caso de quem escreve esta dissertação, a cor é preta. Como eu vejo os outros, como os outros me veem, os lugares que ocupo ou que deixo de ocupar, não tem como escapar da marca que minha cor possui. É essa a afirmativa, mesmo que dolorida, pois sou uma mulher preta, é o que me move como pesquisadora ao pensar como pessoas negras vivenciam os lugares que passam. Muito desse experienciar vem não apenas pela cor da pele, pois classe social e gênero também influenciam no movimento que é feito nas relações cotidianas.

Por ser parte da população negra¹, que se enquadra nesses outros marcadores para além da cor, sinto na pele as diferenças cotidianas. O lugar onde mais sinto essa distância é justamente aquele que ocupo: a Universidade. De certa forma, minha relação com a educação nasceu muito cedo, ao ser alfabetizada ainda aos quatro anos. Dali em diante, não sei se por aptidão ou condicionamento involuntário, passei a ver a escola e o ensino como algo que deveriam ser boa, muito boa. Foram muitos os processos de encaixamento forçado a uma estrutura que não foi pensada para os meus (ou melhor, para aqueles que estão à margem).

Carrego isso comigo até hoje. Me observar em uma sala de pós-graduação, em uma instituição privada, onde a maioria dos estudantes são professoras/es médicas/os, engenheiras/os, arquitetas/os e brancas/os, levanta uma série de questionamentos: "o que será que estou fazendo aqui?". "Será que tenho bagagem teórica suficiente para falar com essas pessoas? De qual forma posso me adequar para que não pensem ou questionem minha presença? Não pareço uma estudante de mestrado, preciso me portar como tal..."

Esses questionamentos me fazem lembrar de quem querem que eu seja, em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural (Almeida, 2019), não quem sou. A história da formação do Brasil já nos mostra isso: pessoas negras foram condicionadas a um lugar de inferioridade que indica assim uma relação hierárquica com o outro (branco). Por mais que vivamos há anos a liberdade da

¹ Utilizamos o termo seguindo a Lei 12.288/2010 do Estatuto da Igualdade Racial e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de acordo com o quesito raça/cor para designar pessoas que se autodeclararam pretas e pardas (Glossário Antidiscriminatório, 2022). Portanto, o uso do termo preta se aplica somente quando a autora refere a si mesma.

escravidão, a condição que nos foi imposta ainda valoriza o olhar do outro (branco) sobre o eu (negro).

Essa posição na qual o negro é colocado é consequência da formação social do Brasil. O sociólogo Muniz Sodré (2023) expõe que a instauração da República preserva um modelo de desigualdade social e racial, porém com a abolição da escravatura, o reconhecer do negro enquanto cidadão não aconteceu: “a cor branca é conotada como uma prerrogativa” (Sodré, 2023, p. 28). Na sociedade escravista o racismo era naturalizado, mas após a abolição, interesses econômicos e sociais ainda inferiorizam o negro.

A racialização pós-abolicionista era uma estratégia endocolonial de construção de fronteiras sociais internas, ideologicamente respaldada por saberes pseudocientíficos sobre a inferioridade antropológica do negro, assim como por interesses econômicos, no sentido de atribuir menor valor salarial à sua força de trabalho como homem livre... O racismo passa a funcionar como estratégia de hierarquização social dentro de uma cadeia de continuidade que se pauta por novas regras. (Sodré, 2023, p. 29)

Entendo a Universidade como um território-lugar, com hífen, agregando os conceitos. Território por ser um espaço delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 2000), mas que também é lugar: espaço com sentido, porção de espaço conhecido intimamente pelas pessoas (Tuan, 2013; Saramago, 2012). Mesmo sendo acessado por diferentes grupos, ainda possui um padrão, uma imagem que transmite hierarquia: entre funcionários e professores, cursos e estudantes. De que raça/cor são os estudantes da Odontologia? E os da Pedagogia? Por que tem tanta diferença racial das/dos estudantes que estudam no período matutino para os que estudam no noturno? Por que meu primeiro contato com uma professora negra retinta foi na Pós-Graduação? Por qual motivo, ao andar pela Universidade no período da tarde só enxergo pessoas negras em cargos de serviços gerais e funcionários de outros setores da Universidade?

Essas hierarquizações podem ser vistas em qualquer âmbito da sociedade quando colocamos em análise marcadores de raça/cor, classe social, gênero, etc. Mas como percebemos isso no cenário universitário, ao pensá-lo para além de um espaço institucional de educação e também como um lugar de encontro de vivências? A diferença disso está na compreensão de que múltiplas identidades

habitam esse lugar que carregam consigo experiências e vivências que impactam na maneira como nos portamos socialmente. Existem lugares que se formos observar mais atentamente, nos portamos de maneiras diferentes. É como se fosse uma questão de adaptação em algumas situações, enquanto em outros, é como se fosse uma ação de libertação completa do ser. Esses lugares/espaços que geram esse sentimento de que é preciso se adequar, muitas vezes são locais em que nos sentimos reguladas enquanto pessoas negras.

Esse sentimento, de perceber que sou vista primeiro pela minha cor, me faz pensar em como pessoas negras são percebidas pelos outros. Não nos enxergam enquanto pessoas singulares, nos enxergam a partir do outro (branco). Somos postos como diferentes e essas diferenças se enraízam nas relações afetando também os lugares que passamos. É sempre o **eu versus o outro**, como sou para o outro, como me relaciono com o outro, como o outro me caracteriza (Kilomba, 2019; Fanon 2020; Souza, 2021; Carneiro, 2023). Tal percepção é, novamente, dolorida de se realizar, pois toca em lugares e emoções que muitas vezes nem sabemos que existiam.

Livio Sansone (1997) indica que o sistema de classificação racial é operado por regras sociais que enquadram o negro a partir do olhar racista, classicista, europeu, que trouxe assim uma complexidade na construção da identidade negra. Mas, se levarmos em consideração a formação social do Brasil, classificar a cor da pele é subjetivo, pois existem questões como colorismo², passabilidade³

² Colorismo é uma forma de hierarquização racial seguindo os fenótipos de pessoas negras. De acordo com Alessandra Devulsky o colorismo é "uma ideologia, assim como o racismo. Enquanto processo social complexo ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca, sua razão de fundo atende aos processos econômicos que se desenvolvem no curso da história. De um polo a outro, seja ao preterir os traços fenotípicos e a cultura associada à africanidade, ou ao privilegiar a ordem imagética da europeinidade, sua constituição está ligada ao colonialismo e, indelivelmente, ao capitalismo. (Devulsky, 2021, p. 19).

³Passabilidade é um termo utilizado pela comunidade LGBTQIAPN+, especialmente com pessoas trans. É a capacidade de uma pessoa ser considerada membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua, que pode incluir identidade racial, etnia, casta, classe social, orientação sexual, gênero, religião, idade e/ou status de deficiência. Tiago Duque destaca que, "o passar por, está para além de uma única experiência identitária ou corporal. Ele, sem dúvidas, indica-nos processos históricos muito particulares em relação a identificações bastantes difundidas socialmente" (Duque, 2020, p. 33).

e a autodeclaração⁴, que no contexto brasileiro, torna complexa as relações raciais.

Assim, Sansone expõe que a cor pode ser uma orientação importante para se pensar as relações sociais. O autor explica as distinções de classe, idade e lugar, conceituando as relações de cor em áreas duras e áreas moles. As áreas duras são lugares onde as relações raciais importam: trabalho, relacionamento, contato com autoridade, espaços de conhecimento (escolas, Universidades). Áreas moles são lugares em que a cor não dificulta as relações: bairro, coletivos, lugares de lazer (capoeira, batucada, rodas de samba...). Podemos pensar então que estas indicam uma sensação de pertencimento e áreas duras de não pertencimento (Sansone, 1997).

Para Renato Emerson dos Santos (2013) a raça é um princípio regulador de comportamento, tratamento e relações. Embasado no texto de Sansone (1997) Santos expõe que existem hierarquias da colonialidade que estruturam as experiências de exploração e dominação dos grupos que não são dominantes. O padrão das relações raciais no Brasil coloca o negro em um lugar de classificação das interações sociais: horizontalidade e verticalidade.

[...] por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre estes grupos. Essa mistura entre momentos de horizontalidade e momentos de verticalidade é que vai permitir que, a um só tempo, convivam em nossa sociedade (i) uma representação de si própria como denso <democracia racial. E, (ii) a reprodução e consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça, o que deveria ser extirpado caso horizontalidade, integração e igualdade fossem princípios ordenadores das relações raciais vigorando e, todos os momentos da construção do tecido social. (Santos, 2013, p. 98).

Quando falamos de raça e lugar, as relações sempre acontecem em horizontalidades e verticalidades. Existem espaços/lugares nos quais ser negro é aceitável e que nossa presença não é tida como desvalorizada. O que existe em relação a classificação da cor é o entendimento das pessoas negras sobre o lugar e o momento em que pode ser negra/o, qual a posição de onde se fala, e acima

⁴ "Por sua vez, a autodeclaração étnico-racial é o método de identificação racial que tem como pressuposto a ideia de que a identidade racial relaciona-se à subjetividade, cabendo somente ao indivíduo atribuir-se de identidade" (Rios, 2018, p. 224).

de tudo, saber o lugar que se pode existir. A raça é, nesse contexto, uma variável para se pensar a presença (Santos, 2013, Sansone, 1997).

Se considerarmos, no contexto da Universidade, o conceito de áreas duras de Sansone, e verticalidade de Santos, podemos afirmar que existe uma relação entre eles. Entendo a Universidade enquanto uma “área dura”, porque a dimensão racial importa nesse lugar (explicitamente ou não), existe certa regulação que acontece no ambiente acadêmico em que as pessoas negras se inscrevem: falar, se vestir, andar de um jeito diferente, isso denominamos de **deslocamento corpóreo**. Como “verticalidade” pensamos o acesso e permanência de estudantes negros no ensino superior, uma vez que a discussão de raça traz esse apontamento hierárquico da desigualdade racial e de gênero.

Como resposta a luta do Movimento Negro pelo acesso de pessoas negras a educação estabeleceu-se políticas de ações afirmativas de inserção ao Ensino Superior, a Lei de Cotas 12.711/2012 (Brasil, 2025), pensadas e instituídas para reparação de anos de discriminação, e assim, cresce o número de pessoas negras em cursos de graduação no Brasil (Cedra, 2024). Não se pode contestar a importância delas como ações político-sociais, pois dão visibilidade e oportunidade para grupos historicamente marginalizados de alcançarem e ocuparem um lugar que antes os era negado. Por serem estratégias consideravelmente recentes, as produções intelectuais que abarcam esse tema focam no aspecto legal da implementação das ações afirmativas⁵, o que me motiva a pensar quais são as produções que tratam como esses grupos experienciam a Universidade para além da inserção.

Pensar em aspectos que vão para além da inserção desses estudantes no mundo acadêmico é algo que devemos refletir. Uma das formas que tenho percebido que podemos olhar para as minorias dentro da Universidade é experiência a partir do corpo. Entendo o corpo na perspectiva de Merleau-Ponty (2018), como um caminho para compreender as formas como a vivências são

⁵ Como exemplo de produções intelectuais que abordam as relações étnico-raciais e educação citamos o artigo de Novaes et. al. (2020): NOVAES, E. C.; NONATO, E. M. N.; XAVIER, J. M. de S.; LIMA, L. S. P. de. 'A carne mais barata do mercado (acadêmico) é a carne negra': o estado da arte sobre o diálogo entre as relações raciais e a educação em periódicos brasileiros de educação.

sentidas. Tudo perpassa pelo corpo e é através dos movimentos que ele expressa que se pode perceber os impactos causados pelas/nas relações cotidianas.

Partindo disso, passo a conceber em meu percurso de investigação enquanto pesquisadora, que é preciso olhar para as experiências como desveladoras da existência. Encontro na fenomenologia uma abordagem como possibilidade para pensar essas experiências que atravessam nossas vidas e as relações com os lugares. A fenomenologia busca a essência das coisas e se mostra como um caminho para compreender a relação homem-meio por meio das vivências e experiências em situacionalidade (De Paula, 2010; Marandola Jr., 2024).

É pensando nas experiências e corporeidades que me vejo em meus trabalhos: enquanto negra, mulher e acadêmica, o que me levou a continuar nesse caminho? O que me fez permanecer na Universidade?

Demorei muito tempo para me reconhecer uma pessoa negra, esse reconhecimento só se deu de fato na Universidade em 2015. Mesmo passando por situações racistas toda minha vida, que só foram ser entendidas posteriormente como formadoras da minha identidade e do modo como me porto em determinados ambientes, esse processo de reconhecimento tardio impactou na forma como me entendo frente a sociedade.

A discriminação racial não é algo exclusivo de minha experiência, toda pessoa negra passa por isso, reconhecendo ou não, mas é um processo desafiador tensionar minha própria trajetória e experiência para procurar o sentido de permanecer ou pertencer a um ambiente que para mim é tão controverso. Refletir sobre esse tensionamento, que surge ao olhar o que meu próprio corpo tem me revelado, incitou a vontade de escrever/pesquisar sobre a experiência de mulheres negras no ensino superior.

Sabemos que para além do marcador racial, o gênero também traz outros aspectos de vivências que impactam nossas experiências de lugar. Antes mesmo de sermos mulheres, somos percebidas por nossa cor. Quais outros confrontamentos isso atribui a nós? De nós é esperado muito mais, para além da desigualdade racial, a desigualdade de gênero também nos impacta. Em todos os momentos de nossas vidas somos comparadas com a outra branca,

comparações que vão para além do subjetivo e como já foi dito é um retrato da construção social brasileira.

Eles falam que não somos boas para relacionamentos, não somos bem aceitas em espaços de trabalho, nos invisibilizam em espaços acadêmicos, nosso cabelo, maneira de falar e de vestir incomodam, nossos corpos são sexualizados, nossa inteligência é questionada. Todos esses aspectos não podem ser pensados em questão de impacto, senão de maneira interseccional, percebendo que as experiências de mulheres negras são cotidianamente marcadas por essas intersecções de raça e gênero (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019; Collins e Bilges, 2021).

O que este trabalho se propõe fazer é uma reflexão sobre nossa história, as experiências de mulheres negras, desde a construção de nossa identidade enquanto pessoas negras até os enfrentamentos e resistências que nos fizeram chegar à Universidade. Buscamos potencializar o que nossos corpos já têm falado: nossa existência⁶.

O objetivo é pensar em como as experiências de racismo, acumuladas no corpo, impactam na maneira como nossos corpos vivenciam os territórios-lugares, mostrando assim que não estamos desencarnados do mundo, refletindo sobre os fenômenos do cotidiano, que são intersubjetivos e marcam a construção da vivência de estudantes negras. Ainda, investigar a relação entre a experiência encarnada no corpo e as estratégias corpóreas de permanência/pertencimento na Universidade. A pesquisa se centra nas experiências de des-locamento corpóreo de mulheres negras na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.

Na primeira seção construímos nossa problemática de pesquisa apresentando o campo de pesquisa, o projeto de pesquisa institucional, bem como a construção da dissertação. Discutimos o conceito de corpo-território e como ele está relacionado com a experiência. Apresentamos, como pano de

⁶ Em cada abertura de capítulo deste trabalho iniciamos com uma obra, em sua maioria de artistas plásticas brasileiras negras, que em seus trabalhos retratam a vivência de pessoas negras. Cada arte tem relação com o tema a ser discutido nos capítulos. Ao escolher essas imagens fomos provocados pela arte a sentir e refletir sobre a vida de pessoas negras, assim, buscamos incitar nas/os leitoras/es a mesma reflexão.

fundo, um breve debate sobre ações afirmativas para se pensar a presença de pessoas negras nas Universidades pela experiência.

Na segunda seção refletimos sobre o processo violento do racismo na formação da identidade de pessoas negras, e que afeta a forma como nos relacionamos corporalmente com os territórios e lugares que ocupamos. Também apresentamos o conceito de acúmulo para pensar as violências raciais que mulheres negras sofrem.

Na terceira seção falamos sobre a Universidade enquanto território-lugar em que os des-locamentos corpóreos acontecem e como afetam as necessidades de permanência e pertencimento no meio acadêmico. Por fim, refletimos a partir das experiências apresentadas, um olhar sobre o corpo de estudantes negras como reveladores da existência.

SEÇÃO 1: A FISSURA DE PERTENCER



[Não ser eu para ser aceita]. Reprodução: Albertz Benda
Tinta acrílica sobre linho
130 x 150 cm
2022
Larissa de Souza

Por que buscamos tanto preencher a fissura do pertencimento? Enquanto pessoas negras, muitas vezes fazemos o processo de nos adequar a determinados ambientes para que diminuamos a possibilidade de sofrermos. Assim como na obra que abre essa seção nos forçamos a parecer com aqueles que nos oprimem: cortamos, pintamos, alisamos nossos cabelos, falamos, nos vestimos..., pois nos foi ensinado que esse era o ideal a ser seguido, o ideal da mulher branca. Essas adequações/conformações são realizadas pela experiência racial nos diferentes lugares e territórios que ocupamos. Nesse sentido, fazemos aqui uma descrição, teórica e metodológica da pesquisa, que abrange a UNIVALE como um território-lugar a partir da experiência de pessoas negras.

1.1 – Universidade Vale do Rio Doce: do território-lugar à pesquisa

A Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE se localiza na cidade de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, interior de Minas Gerais. Anteriormente chamada de Minas Instituto de Tecnologia (MIT), foi criada em 1967 para ampliar o cenário educacional da cidade, que até então não contava com nenhuma instituição de ensino superior. Apenas em 1992 foi conferido o título de Universidade pelos esforços de sua gestão e mantenedora Fundação Percival Farquhar (FPF) (Univale, 2025).

Caracterizada como universidade privada, apresenta-se com caráter comunitário, pois busca atender às necessidades da comunidade valadarense. A Universidade oferta três cursos técnicos pela Escola Técnica da UNIVALE (ETEIT), 26 cursos de graduação (23 presenciais e 3 na modalidade EAD), 12 cursos de pós-graduação lato sensu (7 presenciais e 5 EAD) e um programa de pós-graduação stricto sensu interdisciplinar, o mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT). Em seus quase 33 anos de existência, a UNIVALE se tornou referência no tripé ensino, pesquisa e extensão visando a comunidade de Governador Valadares. Os espaços da instituição são abertos a comunidade local

para realização de eventos, palestras e reuniões, bem como demais projetos de ação comunitária (Univale, 2024).

A Universidade é dividida em dois campi: o campus I, Armando Vieira, fica no bairro Vila Bretas, abriga cursos de graduação como Direito, Administração e Ciências Contábeis, e o campus II: Antônio Rodrigues Coelho, localizado no bairro Universitário. É nesse campus que a maioria das participantes do trabalho estudam, apenas uma delas cursava no campus I. Para melhor compreensão fazemos uma descrição da localização da Universidade e de sua estrutura.

O campus II é o maior campus da UNIVALE. Nele se concentram a maioria dos cursos de graduação (Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Educação Física, Jornalismo e cursos na área da saúde) e pós-graduação (lato e stricto sensu). O bairro onde está localizado é distante do centro da cidade e próximo ao Rio Doce, que corre atrás da Universidade. Geralmente aquela/es que cursam nesse campus utilizam transporte público – ônibus ou vans de cidades vizinhas que fazem transporte para as universidades e faculdades valadarenses (se veem mais desses veículos nos cursos noturnos) –, veículos próprios, ou se residem nos arredores da universidade, acessam-na a pé.

Figura 1: Mapa Univale



Fonte da imagem: Google Maps, 2025.
Elaboração: Juliana Maria de Souza Xavier

Ao entrar na Universidade, a esquerda encontra-se a Fazenda Experimental, área do curso de Agronomia para experimentos de culturas. Logo após, está o novo ponto de ônibus, instalado ano passado (2024). Ao passarmos este ponto, nos deparamos com o Centro Cultural Hermírio Gomes da Silva, mais conhecido como Hermirão, em homenagem ao primeiro reitor da Universidade. Nesse mesmo prédio do centro cultural, tem-se acesso à Reitoria e a alguns setores da Universidade e da gestão da FPF.

A Universidade também se organiza em blocos, de A à G, mesclando entre laboratórios e setores internos da UNIVALE. O bloco A, localizado próximo à biblioteca na entrada principal, acomoda salas e auditórios utilizados pelo mestrado, os laboratórios do curso de Pedagogia e Fonoaudiologia (brinquedoteca, laboratório de didática, ...). No bloco B ficam as salas uninterativas, o setor de TI e laboratório de informática e o Núcleo de Educação, Saúde e Direitos (NIESD), um dos laboratórios de pesquisa do mestrado. Esse bloco também fica mais próximo do Rio Doce. Em frente a esse bloco, o bloco C conta com os demais laboratórios de pesquisa e secretaria do mestrado. Os blocos de D a G são dos cursos de saúde onde se encontram laboratórios de anatomia e estudos afins.

A instituição conta com dois prédios principais para aulas, o primeiro, ED1, é designado para o curso de Arquitetura e Urbanismo e localiza-se mais próximo da entrada principal. O segundo, ED2, está localizado no centro da Universidade e abriga os demais cursos que são oferecidos no campus. Nesse mesmo espaço ficam três auditórios, utilizados em eventos menores, e duas cantinas.

Próximo a esse edifício encontram-se as clínicas utilizadas pelos cursos de saúde para atendimentos: os ambulatórios de Nutrição, Fisioterapia, Odontologia e o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) utilizado pelo curso de Psicologia. Seguindo pelas clínicas, estão situadas a sala dos professores, à direita, e à frente, as coordenações de curso. Nesses espaços, a comunidade valadarense pode fazer acompanhamentos de saúde, em parceria com as clínicas integradas e a

Estratégia da Saúde da Família (ESF), fortalecendo o elo entre ensino, saúde e comunidade.

Como inserção aos cursos de graduação, as/os estudantes podem se inscrever pelo vestibular institucional (prova online ou presencial) ou pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. A instituição oferece, como ação afirmativa de ingresso ao ensino superior, bolsas e financiamentos como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade Para Todos (ProUni), Bolsas de Demandas Institucionais (BDI) – propostas de assistência social institucionais que vão desde bolsas a descontos e convênios estabelecidos pela Universidade – e financiamentos particulares realizados através de financiamento bancário com as instituições credenciadas pela UNIVALE.

O mestrado (GIT) também possui opções de financiamentos ligados às ações afirmativas. Os benefícios são ofertados por bolsas de estudos ou percentual de desconto. São disponibilizadas quatro bolsas integrais por Política Afirmativa (para população indígena, comunidades quilombolas, população ativa em prol de direitos de grupos historicamente vulneráveis, a saber: pessoa com deficiência, pessoas negras, LGBTI+ e a comunidade tradicionais das áreas atingidas pelo desastre da Vale/BHP/Samarco – agricultores familiares e pescadores). Oito bolsas por percentual de desconto por Políticas de Incentivo da FPF/UNIVALE (profissionais da área da Saúde, Educação básica, Segurança Pública, Ambiental e do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (SISEMA), aprovados em primeiro lugar no processo seletivo e egressos da UNIVALE dos cursos de graduação e especialização). Por meio da Política de Parcerias Regionais são ofertado 15% de desconto para Assoleste – Associação dos Municípios do Leste de Minas Ardoce – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Doce, e 10% para Servidores Municipais de Gov. Valadares (Sindicato dos Servidores Municipais de Governador Valadares - SINSEM/GV) Setor do Comércio de Gov. Valadares (ACE/Associação Comercial e Empresarial de Governador Valadares (GV); - CDL/Câmara de Dirigentes Lojistas de GV; Sindicato do Comércio de GV - SINDICOMÉRCIO) Associação Médica

CISDOCE – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Doce CIMDOCE – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Médio Rio Doce SERJUSMIG – Sindicato dos Servidores da Justiça de MG. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil (Univale, 2024).

1.1.1 – Projeto Institucional e recorte de pesquisa

A UNIVALE, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, “concebe que todos seus estudantes são sujeitos integrados ao meio acadêmico e social, a partir de suas vivências universitárias, usufruindo do sistema articulado entre ensino, pesquisa e extensão” (Univale, 2019, p.10).

Existe também um plano institucional que visa a inclusão e diversidade na Universidade, o Plano Institucional de Inclusão e Acessibilidade:

A Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE está comprometida com ações que aspiram à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, bem como ações afirmativas para a defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. (Univale, 2024, p. 12)

As ações que são propostas pelo plano envolvem políticas transversais, que versam diferentes estratégias por parte da instituição, tanto com seus profissionais quanto com as/os discentes, de cursos à distância e presenciais. Isso demonstra que há na UNIVALE um movimento para avançar nas discussões que circundam a diversidade.

Diante dessa integração das vivências universitárias, torna-se necessário pensar as experiências marginalizadas que ocupam as universidades. Assim, surge a proposta do projeto de pesquisa **“Políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior em Governador Valadares: uma discussão sobre acesso e equidade”**⁷. Vinculado ao mestrado em Gestão Integrada do Território, o projeto tem o intuito de colaborar com as políticas de inclusão e

⁷ Número do parecer do CEP aprovando o projeto: 5.486.437. Em anexo está o parecer do CEP (Anexo A).

acessibilidade da UNIVALE, ao ouvir os estudantes que se autoidentificam pertencentes aos grupos historicamente excluídos.

Esse projeto visa analisar, pela perspectiva dos próprios estudantes da instituição, como instituições de ensino em Governador Valadares têm implantado ações afirmativas, investigando como se sentem nesse ambiente, o que entendem por ações afirmativas, além de levantar dados que favoreçam ações de acesso, permanência e a equidade. A proposta do projeto se justifica ao pensar um sistema educacional inclusivo, que envolva diferentes grupos historicamente excluídos no Ensino Superior (Univale, 2021).

Os grupos selecionados para a pesquisa foram escolhidos de acordo com a realidade dos estudantes que se autodeclararam pessoas com deficiência, negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e população com adoecimento mental. Estariam incluídos no colhimento de amostra estudantes que estivessem matriculados na instituição de ensino superior, que se identificassem como pertencente dos grupos historicamente excluídos citados e estivessem dispostos a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A seleção dos participantes aconteceu com a solicitação das/os pesquisadoras/es do projeto ao Espaço A3 possíveis estudantes que se encaixassem nos grupos da amostragem. As/os primeiras/os estudantes eram abordadas/os pelas/os pesquisadoras/es, que explicavam os objetivos da pesquisa. Caso houvesse aceite em participação, eram convidados a realização da entrevista na UNIVALE, sendo o agendamento de acordo com a disponibilidade da/do participante. Por meio da técnica metodológica “bola de neve” as/os próprias/os participantes indicavam quem poderia estar interessado à participação, assim, construiu-se a rede de participantes deste estudo.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado (anexo B), dividido em cinco fases. A primeira coletou dados sociodemográficos das/os entrevistadas/os. A segunda focava no acesso, a identificação e vivência anterior a Universidade. A terceira tratava do acesso ao ensino superior, o motivo da escolha do curso e

universidade, se utilizam e compreendem o que são ações afirmativas. A quarta fase abordava sobre equidade, como se sentem no ensino superior, se são tratados de maneira diferente ou não. Por fim, a quinta fase tocava sobre possibilidades de melhoria na oferta de ações afirmativas institucionais. Todas as fases eram respondidas de acordo com as experiências vividas na situação/identidade declarada pelas/os participantes.

Os encontros foram realizados individualmente nas dependências da UNIVALE, em uma sala do Espaço A3. As entrevistas gravadas em áudio e posteriormente transcritas para análise pelas/os pesquisadores do projeto. O sigilo dos participantes foi assegurado em todo o processo. Ao todo, foram entrevistadas na UNIVALE 48 pessoas, com a seguinte divisão: 11 pessoas com deficiência, 10 pessoas LGBTQIAPN+, 11 pessoas negras, 6 indígenas e 10 pessoas com adoecimento mental.⁸ Os participantes eram estudantes dos cursos de graduação dos dois campi da UNIVALE. A quantidade de pessoas por grupo na amostragem da pesquisa é delimitada com base na saturação dos discursos (Bauer, 2002). A metodologia qualitativa pautou a análise dos dados empíricos coletados no projeto e foi dividida em duas etapas: transcrição integral dos áudios e Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009).

Para a construção dessa dissertação, o recorte se encontra no estudo sobre pessoas negras (sete mulheres e quatro homens), realizado em dois momentos. O primeiro consistiu nas entrevistas realizadas para o projeto de pesquisa. Com as leituras do mestrado e as conversas com minha orientadora, acabo me interessando pela abordagem fenomenológica para investigar as vivências de

⁸ Para conhecer mais as produções do projeto ver: NOVAES, E. C.; SILVA, T. de C.; COELHO, A. de O. L.; PORTUGAL, A. M. P. M.; SILVA, S. E. B. A Sociologia dos Corpos na Educação Superior: Ações Afirmativas e Identidades na Univale. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 8, p. 250-273, 2024.

NOVAES, E. C.; NUNES, A. M. S.; SILVA, T. de C.; DUARTE, Y. C. C.; RODRIGUES, S. L. A.; COELHO, A. de O. L.; NOVAES, E. C. Estudantes com deficiência no ensino superior em Governador Valadares: Um estado da arte sobre a inclusão. **CADERNOS CAJUÍNA**, v. 9, p. e249539, 2024.

NOVAES, E. C.; COELHO, A. de O. L.; SILVA, T. de C.; DUARTE, Y. C. C. Vivências de Juventudes LGBTQIAPN+ no Ensino Superior: entre marcadores sociais da diferença e violências de gênero. **INTER-AÇÃO (UFG. ONLINE)**, v. 49, p. 1726-1743, 2024.

pessoas negras no ensino superior, compreendendo que, através da experiência/vivência podemos encontrar fenômenos que revelem outras formas de ver o mundo.

Por ter me interessado pela fenomenologia enquanto abordagem filosófica, e após passar três meses imersa nesse mundo pelo contato com o Laboratório de Geografia de Riscos e Resiliências – LAGERR na Faculdade de Ciências Aplicadas FCA/Unicamp em Limeira, volto à UNIVALE e retomo, como exercício do que aprendi, as conversas com algumas pessoas entrevistadas previamente, agora com outro recorte: mulheres negras.

Foram selecionadas quatro mulheres para essa segunda fase, o motivo da seleção foi pela qualidade do material coletado na primeira fase do projeto, ao realizar a Análise de Conteúdo, as quatro mulheres selecionadas tocavam em pontos de vivência semelhantes, mostrando uma confluência no sentir do racismo enquanto mulheres negras, e também por ter encontrado uma nova abordagem que poderia auxiliar na metodologia do trabalho. Aqui chamo as entrevistas da segunda fase de conversas por compreender que fenomenologicamente o diálogo desvela a experiência e os fenômenos se mostram (Marandola Jr., 2024).

No segundo momento nos encontramos para realizar o exercício fenomenológico, decidimos conversar sobre a história de vida das participantes, uma conversa sem roteiro, apenas com um ponto norteador: pensar a raça e o racismo em suas histórias. Expliquei previamente a proposta desse novo momento e todas decidiram participar novamente. As conversas foram realizadas nas dependências da instituição, apenas com uma participante foi preciso realizar via videochamada devido as demandas de seus horários de trabalho. Os áudios das conversas foram gravados e posteriormente transcritos integralmente para depuração. A depuração foi realizada seguindo a arqueologia fenomenológica, um modo de análise de orientação fenomenológica que busca as intersubjetividades de um fenômeno, nesse caso o racismo.

As conversantes⁹ possuem faixa etária entre 23 e 48 anos, todas estudantes de graduação da UNIVALE. Arco tem 23 anos, cursa Psicologia no período noturno¹⁰ pelo ProUni. Valkira tem 31 anos, é estudante de Pedagogia e tem bolsa 100% concedida pela instituição. Lilás tem 34 anos, também é estudante de Pedagogia tem bolsa de 50% pelo vestibular social. Carolina Maria tem 48 anos, já possuía curso superior, à época da pesquisa era estudante de Direito e tinha desconto de egresso¹¹. Neste texto apresento falas das conversantes que no momento da análise apontaram aproximação frente aos conceitos que norteiam o trabalho, relacionando com minhas próprias experiências.

Essa dissertação é um produto do projeto “Políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior em Governador Valadares: uma discussão sobre acesso e equidade”, sendo ambos alocados no Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD) e Laboratório de Pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS) do GIT e se encontra em conformidade na linha dois do programa: território, sociedade e saúde, ao pensar em como, pelas vivências de racismo de pessoas negras, as vulnerabilidades se apresentam e outras territorialidades são manifestadas.

Além dos objetivos já expostos na introdução desse texto propomos investigar, a partir de uma perspectiva fenomenológica, as vivências de mulheres negras no Ensino Superior pela experiência corpórea, pois compreendemos que o corpo é o primeiro território que habitamos e é por ele que compreendemos o mundo. Detalharemos conceitualmente corpo, lugar, território e experiência para pensar a categoria corpo-território.

⁹ O termo conversante deriva da escolha metodológica. Os nomes de identificação das conversantes foram escolhidos por elas mesmas. Cada uma apresentou algo com que se relacionassem subjetivamente. Ao perguntarmos o porquê de cada escolha, disseram respectivamente: Arco: “tem a função de sustentar as coisas, o movimento, a flecha... essa é a imagem que eu tenho da mulher negra”. Valkira: “simboliza guerreiras que reúnem recursos para o bem comum”. Lilás: “uma cor que traz paz e leveza”. Carolina Maria: “uma homenagem a escritora Carolina Maria de Jesus”. Não fornecemos maiores detalhes para não identificar as estudantes.

¹⁰ O curso de Psicologia é oferecido nos dois turnos: matutino e noturno, assim como o curso de Direito. Pedagogia é um curso oferecido apenas no período noturno.

¹¹ Egressos da UNIVALE tem 50% de desconto na obtenção de novo título.

1.1.2 – Corpo, lugar, território e experiência: caminhos teóricos

Lugar e território são conceitos que envolvem a discussão geográfica. Na dimensão da Geografia Humanista os termos passam a ter sentido voltado a vivência e experiência dos espaços.

Para pensar território nos apoiamos nos estudos de Rogério Haesbaert (2004; 2005; 2023). O conceito de território é complexo, diz respeito a poder, dominação, limites, mas não podem ser referidos apenas nesse sentido. Território pode ser pensado pelo viés político, econômico e cultural em diferentes escalas (Haesbaert, 2004). A relação com os limites, poder e dominação se centram nas relações (concretas e abstratas) que envolvem o território.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terraterritorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. (Haesbaert, 2005, p. 6774)

Entendemos assim o caráter múltiplo do conceito de território, pensado por uma perspectiva do vivido não se pode atrelar a sua conceituação apenas as relações de poder, apesar de que poder caracteriza as relações territoriais, quem está dentro do território se sente em segurança, quem está fora se sente inseguro (Haesbaert, 2005; 2023). Todo território se apresenta hierarquicamente em relações de poder que transcrevem territorialidades em seus aspectos políticos, culturais e socioeconômicos: “Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (Haesbaert, 2005, p. 6776).

É nesse sentido que entendemos que o território se apresenta enquanto relacional, ou seja, as relações sociais têm impacto na redefinição do território. Essas relações sociais, entendidas pela multiplicidade do conceito, moldam o território e consequentemente quem habita no território é moldado de volta. É o jogo entre o limite e as relações de poder que ditam as territorialidades.

Território, então, pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza. Nem apenas um espaço material e simbólico socialmente dominado e/ou apropriado, nem apenas um espaço moldado na imbricação com a natureza, o território seria, sobretudo, um espaço político revelador de limites – tanto de limites como fronts/fronteiras das lutas por des-ordenamento da complexa e desigual sociedade dos humanos quanto dos limites impostos a todo o conjunto da vida terrestre cuja existência, profundamente articulada, está em risco. (Haesbaert, 2023, p. 6)

Para tratar de lugar nos embasamos nos textos de Werther Holzer (1997; 1999; 2003; 2014; 2019) e Yi-Fu Tuan (2013). Holzer traz em seus escritos um arcabouço teórico sobre o lugar a luz da Geografia Humanista e pela fenomenologia. Lugar é um conceito fundamental para os estudos geográficos, anteriormente pela geografia clássica e positivista em ligação a disciplina Geografia, entendido apenas como localização (Holzer, 1999). É com o movimento de renovação da Geografia Cultural que essa ideia conceitual de lugar é repensada (2019).

Ao caracterizar o lugar, apoiado em Tuan (1979) e Relph (1976), Holzer (1999) nos apresenta a categoria não como constituinte de posição ou localização, mas sim em seu caráter experiencial, simbólico e significativo. Lugar é o espaço com significado, sentido, lugar é vivido. Na perspectiva fenomenológica se relaciona, portanto, lugar e mundo, pois, é apenas com a experiência de um espaço que passo a dar significado ao lugar, é um movimento relacional, um modo-de-ser em relação ao mundo (1999; 2014). Para o autor lugar é uma categoria espacial (1997; 2003) que coloca a experiência como linha que estabelece a compreensão de mundo.

Faz-se necessário pensar essa relação lugar e mundo no contexto do espaço vivido. Se voltarmos para a ideia das relações e como compreendemos o mundo temos uma concepção de lugar que é dual, é material e imaterial, está no campo da experiência intersubjetiva, na experiência que é vivida cotidianamente e que não é dissociada do mundo.

Yi-Fu Tuan indica que espaço e lugar são “termos familiares que indicam experiências comuns” (Tuan, 2013, p. 1). O autor pensa lugar a partir de sua relação com o espaço:

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se confunde com o de lugar. "Espaço" é mais abstrato do que "lugar". o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As ideias de "espaço" e "lugar" não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (Tuan, 2013, p. 14)

Nessa perspectiva a pausa do lugar é o que permite a incorporação das experiências no espaço vivido. E só conseguimos realizar esse movimento de assimilação quando sentimos, e sentimos pela experiência corpórea. A forma como me posicionei e localizo no mundo é como o experiencio, é somente nesse processo de conhecimento das relações e do espaço em nossa volta que damos sentido ao lugar.

O corpo é mediador de experiência e é nesse sentido que se apresenta na problemática da pesquisa. Sentimos de maneira encarnada para poder dizer que fazemos parte do mundo. Qual o corpo-território da mulher negra? O que ser negro contribui para a forma que o corpo assimila experiência? É nas experiências, sentidas corporalmente, que nos fazemos presentes no mundo, onde enquanto pessoas negras sabemos onde e como entrar e sair dos lugares, onde nos sentimos confortáveis ou não. O corpo encarnado é aquele que sente, que pulsa, que move, mostrando que tanto em lugares (pensados como vividos) como em territórios (pensados em relações de poder) vivemos uma instabilidade entre igualdade e diferença (Serpa, 2023) que refletem em nossas experiências cotidianas.

Como termos centrais ao conceber este trabalho trazemos a discussão do corpo-território para pensar a experiência de pessoas negras no ensino superior. Salientamos que aqui trazemos a dimensão vivida do território, que é embasada no lugar, pois traz em suas discussões a experiência vivida nos espaços: "é compreender o território a partir da própria vivência dos indivíduos" (De Paula, 2011, p. 121). Fui provocada, portanto, a pensar a categoria corpo-território a partir de uma mulher negra, minha orientadora Fernanda Cristina de Paula, que vive experiências raciais em territórios-lugares e assume essa perspectiva teórica

do corpo como caminho de experiência nesse sentido. Utilizamos a categoria corpo-território a partir de autores que discutem a relação da experiência corpórea em relação ao espaço vivido (Miranda, 2017; De Paula, 2024 e Merleau-Ponty, 2018).¹²

Para Miranda (2017) a categoria corpo-território está ligada ao espaço através da experiência, é por meio do corpo e das vivências construídas ao longo do tempo que se pode compreender o espaço em torno de si. Quando falamos sobre corpo-território associando a uma discussão racial estamos mostrando que o território se apresenta além do concreto. As experiências de pessoas negras são repletas de simbologias que constroem a forma como vemos o mundo e isso indica uma marca territorial. O bairro que moramos, as pessoas com quem nos relacionamos, os grupos com quem andamos, todos carregam simbologias e signos que determinam territorialidades.

Assim, compreendemos que juntamos experiências corporais que moldam a maneira como experienciamos um determinado território. Se passamos por alguma violência, seja ela de raça ou gênero, as assimilamos corporalmente de forma material e imaterial, dependendo do espaço que estamos nos inserindo.

De Paula (2024) afirma que as experiências de pessoas negras não são únicas já que se apresentam em diversidade, o que se tem em comum é a experiência do racismo. Independente do lugar onde estamos inseridas, pessoas que se autodeclararam negras já experienciaram algum ato racista, mesmo que não conseguindo nomeá-lo evidentemente. Essas vivências, que se confluem, quando pensadas corporalmente dizem sobre como pessoas negras condicionam seus corpos, mesmo que involuntariamente, em espaços onde há hierarquia de poder, sendo assim propensos a perpetuação do racismo.

¹² Existem outras produções que tratam do corpo-território na dimensão que parte das relações de poder. Rogério Haesbaert em seus últimos escritos tem pensado a categoria nessa dimensão, para isso ver: Haesbaert, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

Marcos Leandro Mondardo comprehende a categoria a partir do biopoder e da cominação/controle: MONDARDO, M. L. O Corpo enquanto "Primeiro" Território de Dominação: O Biopoder e a Sociedade de Controle. Obtido de biblioteca on-line de ciências da comunicação bocc - www.bocc.ubi.pt, 2009.

Nesta perspectiva relacional da experiência, encontramos na fenomenologia um caminho de investigação sobre o corpo e sua relação com o mundo. Em “Fenomenologia da Percepção”, Merleau-Ponty (2018) nos apresenta que a fenomenologia é a busca pela essência das coisas pela experiência. Segundo o filósofo só percebemos o mundo se o experimentamos, não tem como falar que conheço o mundo sem antes o ter vivido. “O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o posso, ele é inesgotável” (Merleau-Ponty, 2018, p. 14).

Merleau-Ponty expõe que não se pode desassociar a relação mundo-experiência pois a consciência se desvenda por essa relacionalidade. Não vivo o mundo sem o contato com o outro, com as intencionalidades que se manifestam corporalmente e dão sentido a essas relações. Nessa perspectiva fenomenológica percebe-se que a experiência se torna a parte essencial ao se refletir a facticidade do mundo.

O mundo fenomenológico não é um ser puro, mas o sentido transparece na interseção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha. (Merleau-Ponty, 2018, p. 18)

Nesse sentido, comprehendo que o modo como vemos o mundo é relacional: existe sempre na relação que temos com o outro que se constrói na experiência. Na busca pela essência das coisas fazemos perguntas que nos levam a retornar, escavar, no sentido arqueológico (Marandola Jr., 2005a), a experiência enquanto um fenômeno para que ela revele nela mesma sua intersubjetividade.

Marandola Jr. (2005b) nos mostra que a fenomenologia pensada pela experiência revela caminhos e aberturas para pensar a existência na relação homem-meio. A experiência é então aquilo que vivemos. De Paula (2010) afirma que é pela experiência e pela vivência que “expressamos nossa interação com o mundo” (De Paula, 2010, p. 47). Nessa chave comprehendemos que a experiência se torna um caminho para pensar o desvelar das situações cotidianas por meio das experiências espaciais.

Tuan (2013) ao tratar do espaço e lugar pela perspectiva da experiência indica que a experiência abrange as emoções construindo uma realidade que tem como ponto o sentir. É essa volta à subjetividade, a valorização do que as vivências me falam e como constroem nosso conhecimento de mundo que se entende a relevância da experiência como caminho para compreender o revelar da existência. Portanto, se falamos da existência de mulheres negras no contexto acadêmico buscamos descrever pela experiência enquanto fenômeno as realidades que nos marcam diariamente.

Dessa forma comprehende-se que o corpo como parte do mundo é movimento (entre tempo e espaço) e é através da nossa percepção que examinamos a existência no mundo. Utilizamo-lo como ferramenta após a tomada de consciência do corpo como produtor de experiências a partir de suas intencionalidades: o sentir, o falar e o tocar.

Esse corpo que sente é um corpo que percebe. Ao abordar sobre o mundo percebido Merleau-Ponty (2018) expõe que as sensações são compreendidas como movimentos. No entendimento de Nóbrega (2008) essa concepção fenomenológica da percepção passa pelo corpo, pois a autora entende, a partir de Merleau-Ponty, que percepção nada mais é do que um “acontecimento da corporeidade e, como tal, da existência” (Nóbrega, 2008, p. 142).

A experiência corporal é tida como uma experiência perceptiva, em que o corpo é percebido a partir de sua posicionalidade e relação com o mundo. Se o corpo é e faz parte do mundo, ele pode perceber os movimentos relacionais de diferentes perspectivas e se aprofundar para além do que se mostra materialmente. É nesse aprofundamento que se reaprende a não se distanciar do corpo no processo de viver as experiências pois é por meio dele que somos concebidos como sujeitos de percepção.

Em relação ao corpo-território de pessoas negras, Alves e Moreira (2021) explicam que falar do corpo/corporeidade do negro é reconhecer os aspectos históricos que formaram a identidade do povo negro no Brasil. Os processos de silenciamento das representações negras causaram a inferiorização dos negros

na sociedade. Esse movimento é resultado das relações culturais antes estabelecidas pelas posições em que se encontravam brancos e negros. A partir dessas relações observa-se que existe uma construção do que é ser negro pautado no olhar do outro, no caso, o branco.

Portanto, a maneira como a população negra é vista atualmente é fruto das experiências que se acumularam¹³ com o passar dos anos e ainda hoje reverberam em todas as esferas sociais. As experiências vividas de pessoas negras devem ser interpretadas tendo esta perspectiva como contexto.

Essas experiências, acumuladas, que carrego comigo enquanto pessoa preta, mulher, moradora de um bairro periférico, com duas graduações e agora uma estudante de mestrado, me impulsionaram a pensar: Será que outras mulheres negras sentem as mesmas coisas que eu? Como e por que elas permanecem nesse lugar? Nesses questionamentos percebo que a experiência é o cerne que move a maneira como enquanto negras e mulheres nos posicionamos no cotidiano.

1.2 – Ações afirmativas e a experiência de estudantes negras

A instituição de ações afirmativas na educação brasileira veio após o período de redemocratização do ensino e se válida por seu cunho reparatório frente aos grupos considerados à margem da sociedade. É perceptível que a presença de estudantes de grupos minoritários na Universidade se tornou mais evidente após a inserção dessas políticas. No debate sobre a questão racial percebemos que as cotas sociais e étnico-raciais mostram um combate ao racismo e desigualdades existentes no Brasil.

Feres Júnio et.al. (2010, p. 13) consideram ações afirmativas

todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão

¹³ Aqui acumular tem sentido de conceito, detalharemos mais sobre o conceito no capítulo 2, subtópico 2.2 na página 52.

em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico.

As ações afirmativas devem ser pensadas em sua organização político-administrativa para atender os interesses sociais e não podem ser concebidas como um recurso de legitimidade política, nem de intervenção e sim de representação de pressões sociais para a equidade social. É necessário perceber que essas políticas também são calçadas de relações de poder e por isso a forma como interagem com as diferentes instituições são diversas em seus resultados (Magalhães e Silva, 2013).

As cotas são uma forma de reconhecimento que as desigualdades ainda imperam no Brasil, dessa maneira surgem com o intuito de garantir o acesso de grupos minoritários a espaços historicamente não habitados por ele. Gomes e Ximenes (2022) afirmam que as ações afirmativas alteram o sistema educacional tanto no ensino superior quanto na Educação Básica, tendo um caráter emancipatório em seu objetivo.

Esse caráter emancipatório de desvelar a invisibilização imposta a determinados coletivos diversos e suas práticas talvez seja o que de mais transformador encontramos nas ações afirmativas. Elas são políticas resistentes aos tempos de democracia em risco. São políticas que permitem aos sujeitos pertencentes aos coletivos diversos e transformados em desiguais nas relações de poder o direito de estar nos mais diferentes espaços e instituições sociais, principalmente aqueles que lhes têm sido negados. (Gomes e Ximenes, 2022, p. 2)

Já Pereira-Silva (2016) aponta anteriormente a interlocução entre vulnerabilidade social existentes nos territórios e a evasão escolar que produzem meios ainda mais desiguais de acesso, e sua reprodução de indicadores que ampliam a distância de pessoas subjugadas pela sociedade do acesso ao ensino. A autora traz uma dimensão da importância de primeiramente analisar os fenômenos sociais gerados pelos indicadores que demarcam uma leitura histórica para melhor entendimento do cenário das ações afirmativas no país.

Portanto, compreendemos que as ações afirmativas se fazem necessárias no contexto da sociedade brasileira para o estabelecimento, ou tentativa de estabelecer, uma sociedade que luta para reparar o erro do passado colonial que colocou pessoas negras em desvantagem em todas as esferas da sociedade. O

que isto quer dizer quando pensamos a experiência de pessoas negras no ensino superior?

É interessante observar que o espaço educacional está sempre presente quando penso nessas experiências. Qual a relação da educação ou da escola com o racismo? Nilma Lino Gomes (2021) fala que a educação é o espaço que mais se concentra a tensão do racismo no Brasil. Se na escola, na educação básica já somos confrontadas com os estereótipos da cor de nossa pele, na Universidade encontramos o aprofundamento dessas experiências ou até mesmo em alguns casos o primeiro encontro com elas.

Estou na academia desde 2014 e desde então não saí desse lugar. A Universidade para mim é um lugar controverso. Estou nele, experencio ele, mas não me sinto confortável. A forma como caminho, e caminhei nas Universidades que já estive, mostra como as experiências racistas vividas anterior ao ensino superior impactam a maneira como me porto nos ambientes que estou. Existe uma dualidade de vivência nesse território-lugar. Se estou no meu laboratório, com pessoas que partilham de uma visão de mundo similar a minha, que se permitem ao debate racial, me sinto confortável, mas se saio deste lugar, mesmo que encontre outras pessoas negras, o desconforto me toma, pelo simples fato de perceber que nossa existência neste espaço ainda é limitada.¹⁴

As Universidades particulares brasileiras não aderem à lei de cotas (Lei nº 12.711), estudantes que se autodeclararam negros e cursam o Ensino Superior em Universidades privadas concorrem as cotas raciais por meio do ProUni dentro dos 50% de reserva de vaga pré-estabelecido pela Lei nº 11.096 que instituiu o programa. Entrei na Univale em 2014 para o curso de Pedagogia. Queria entrar no Ensino Superior porque me foi ensinado que o estudo me daria melhores condições de vida. Na época o curso era relativamente barato, mas meus pais não tinham condições para pagar as mensalidades, então utilizei do Fundo de Financiamento ao Estudante no Ensino Superior (FIES) para custear os estudos.

¹⁴ Expresso que este problema é estrutural. Há uma lacuna (que atualmente pessoas negras lutam para diminuir) do acesso a espaços de pesquisa e intelectualidade. Não encontramos muitas/os docentes negras/os nos cursos de graduação exatamente por isso, ainda mais se levarmos em consideração a localização geográfica de Governador Valadares.

Durante os primeiros períodos lembro de não gostar da Pedagogia, falei um dia em sala que não sabia o que estava fazendo na aula porque não gostava de criança, não via sentido ali. A verdade é que a Universidade para mim não era um lugar confortável, muitas pessoas entrando e saindo do *campus*, salas grandes e frias, no caso da Pedagogia a maior parte da turma eram mulheres mais velhas, me sentia encurralada, tinha apenas 17 anos quando ingressei, sem conhecimento de muita coisa, ainda nem me entendia uma pessoa negra mesmo vivendo situações de racismo desde muito nova.

Mesmo sem entender, fui questionada na Universidade por uma veterana sobre meu grau de parentesco com minha prima, branca, que estudava junto comigo. Na fala dessa veterana existia uma ideia subentendida de que eu não poderia ser prima de uma pessoa branca se sou preta. A pessoa que me questionou era negra. Até então não havia discutido ou pensado em raça, sabia que tinha uma cor diferente da maioria das pessoas, mas não atrelava isso à discussão de raça. Naquele momento o questionamento que me foi feito gerou uma inquietação frente à raça. Essa inquietação é situada, não se falava de raça, ou pelo menos, as pessoas e os lugares que convivia não falavam no tema.

As experiências que tenho, marcadas pela raça e pelo gênero, atravessam a forma como enxergo o mundo, na Universidade isso não seria diferente. Como nós, mulheres negras, vivemos diariamente as experiências racistas e sexistas e como isso se revela em nossas vivências no espaço acadêmico? O que falam sobre nossos cabelos, nossos corpos, nossa mente, o que nos incomoda e incomoda o outro?

Refletir sobre isso é colocar em evidência o que Cruz et. al. (2022) chamam de visão interseccional de gênero e raça enquanto marcadores sociais de diferença, ou seja, os sistemas de classificação do indivíduo em determinadas categorias sociais (Zamboni, 2014), que resultam em desigualdade. Entendendo que com o aumento da valorização da cultura afro-brasileira, mulheres negras têm tido um processo de reconhecimento de sua racialidade, o que faz com que o número de mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas esteja aumentando no Brasil. Segundo o Monitoramento e Avaliação que o Ministério da Igualdade

Racial (MIR) realizou do Censo de 2022, mulheres negras compõem 28% da população brasileira (MIR, 2023).

Mas o que esse aumento quer nos revelar quando falamos de experiências no campo da educação? Existe uma certa hierarquia na pirâmide racial em que a mulher negra se encontra em maior posição de desigualdade, na sua frente estão homens negros e mulheres brancas que mesmo com seus marcadores ainda estão em posição de privilégio frente a mulheres negras.

Cruz et. al. (2022) ao pesquisarem as desigualdades que estudantes cotistas dos cursos de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP) vivenciam indicam que alguns impactos na caminhada acadêmica das estudantes é a questão econômica e a representatividade, tanto de gênero quanto de raça. Para a escolha de bolsas por meio da ação afirmativa de cotas a renda per capita da residência é levada em conta, portanto “é possível inferir que se uma pessoa negra for escolhida ao acaso, há maiores chances de que a renda desse indivíduo seja mais baixa do que a de uma pessoa branca” (Cruz et. al., 2022, p. 38).

A questão da representatividade é importante, pois demonstra um aspecto referente a capacidade do negro de ocupar lugares que antes não ocupavam, o que nos faz pensar no que a filósofa Sueli Carneiro (2023) apresenta sobre o epistemicídio negro que afeta as experiências acadêmicas. No tocante a experiência de ser mulher e estar em um curso majoritariamente masculino também impacta a forma como as entrevistadas da pesquisa vivem a Universidade, não conseguir enxergar nossas iguais no corpo discente ou no corpo docente demonstra o tamanho da desigualdade de gênero que mulheres enfrentam no Brasil.

Todos estes apontamentos nos levam a pensar como a permanência está ligada à ideia da construção da identidade negra em espaços acadêmicos. Entendemos que com as ações afirmativas mais pessoas negras ingressaram nas Universidades (Nierotka e Trevisol, 2019). Mas qual o sentido da palavra permanência? Se formos recorrer ao dicionário permanência é “1. Ato de permanecer. 2. Estado de permanente. 3.

Estabilidade, duração firme, constância, perseverança. Em permanência = sem ausência nem interrupção" (Priberam, 2024).

A Sociologia da Permanência é uma teoria proposta por Vincent Tinto (2015) que procura conhecer o que influencia a permanência de estudantes na Universidade, tanto de maneira individual quanto institucional. Tinto usa da persistência para pensar o permanecer na Universidade. "Retenção" e "persistência" antes eram pensadas por um viés institucional como sinônimos, porém por mais que sejam relacionadas não querem dizer a mesma coisa, pois são duas perspectivas de interesse a permanência:

[...] os estudantes, entretanto, não buscam ser retidos. Eles buscam persistir. As duas perspectivas, embora necessariamente relacionadas, não são a mesma coisa. Os interesses são diferentes. Enquanto a instituição se interessa no aumento de estudantes que se formam, o interesse dos estudantes é completar a graduação independente da instituição em que a obtém. (Tinto, 2015, p. 1)

Nesse sentido percebemos que é preciso levar em conta a individualidade dos estudantes para pensar a permanência estudantil para além do institucional. Quando alocamos o marcador raça para esta discussão aprofundamos o debate a partir da experiência vivida. Trazendo para o cenário acadêmico essa conceituação podemos pensar na situação de estudantes negros que utilizam de ações afirmativas para ingressar no ensino superior. O que quer dizer permanecer para esses estudantes? Seria a permanência somente o ato de estar em uma Universidade ou o de escolher estar nela todos os dias?

Ao pensarmos a situação da mulher negra a permanência deve ser refletida a partir do tripé gênero, raça e classe. Muitas estudantes sofrem além do racismo também a violência do sexism. Nesse tripé podemos compreender a estrutura com a qual as vivências de mulheres negras em espaços de educação formal são posicionadas pelo olhar do outro por conta da colonialidade existente no Brasil que estabeleceu a posição que mulheres negras tem na sociedade.

De acordo com Lopes dos Santos e Moreira (2022), estar na Universidade enquanto mulheres negras é buscar pela liberdade da condição de subalternizada:

[...] as estudantes negras protagonistas desse estudo, adentram às universidades com o objetivo de ocupar os espaços dos possíveis e se libertarem da condição de subalternizadas, bem como na intenção de se construírem enquanto sujeitos políticos, capazes de transformar as condições em que vivem e desmistificar, na sociedade, a leitura pejorativa que fazem de seus corpos. (Lopes Santos; Moreira, 2022, p. 284)

Entendemos, portanto, que estar no Ensino Superior, mesmo com todas as dificuldades que encontram nesse lugar é uma maneira com que mulheres negras ascendam socialmente, visto que em comparação com a mulher branca a negra ainda encontra muitas desvantagens sociais. E a ascensão aqui está para se colocar em uma posição que possibilite o acesso a elementos não encontrados em suas realidades.

Sabemos que a desigualdade é constatada em todos os âmbitos sociais, mas pessoas negras ao entrarem na Universidade tem um contato maior com essa discrepância de ensino, tanto pelo conteúdo do curso quanto pelas relações com as pessoas em sua volta, fazendo com que sejam silenciadas em suas corporeidades (Lopes dos Santos; Moreira, 2022).

Vedovato (2024) expõe, ao investigar as experiências de inserção e permanência de mulheres negras na USP, que o que as estudantes sentem ao entrar na Universidade muitas vezes é um desencantamento com o lugar do que propriamente a sensação de pertencimento. A falta de representatividade em meio aos colegas de curso e na Universidade em geral faz com que pessoas negras se tornem muito mais conscientes das desigualdades e preconceitos enfrentados fora deste lugar.

A autora ainda destaca que muitas vezes a maioria das mulheres que entram na Universidade é a primeira da família a cursar o ensino superior, assim existe um outro desafio na experiência universitária que é viver em "duas realidades diferentes" (Vedovato, 2024, p. 10). É como se existissem barreiras tanto no lugar de origem quanto na Universidade para a compreensão do que é ser mulher, negra e periférica no ensino superior, bem como ser uma pessoa que conseguiu ascender ao entrar na Universidade.

Essas questões de experiências racistas vividas fora e dentro da Universidade revelam o que neste trabalho denominamos de **acúmulo racial**, que detalharemos no capítulo seguinte. Passar por essas experiências, quase que diariamente, faz com que nosso corpo vá armazenando informações sobre como e quando devemos nos fazer presente, esses acúmulos geram o que encontramos em nosso exercício fenomenológico: o **des-locamento corpóreo**, separando o prefixo des- do movimento de locar-se, mostrando que essa sensação provoca no corpo-território o sentimento de não se sentir pertencente.

Partindo disso, experiência e corporeidade, refletiu sobre o jogo existente entre pertencer e permanecer. A palavra pertencer no dicionário é definida como 1. Tocar a alguém. 2. Ser propriedade de alguém ou ser devida a alguém (alguma coisa). 3. Formar ou fazer parte. 4. Ser parte integral de. 5. Ser da atribuição ou competência de. 6. Ter relação. 7. Dizer respeito; ser concernente. (Priberam, 2024). No senso comum pertencer pode ser entendido como fazer parte de algo, eu pertenço a um grupo de amigos porque partilhamos do gosto pelas mesmas coisas, pertenço a uma igreja porque comungo da mesma fé que os demais. O que quero chamar atenção nesse momento é o fazer parte, ser parte integral.

Pertencer sempre foi uma questão para mim, em ambientes acadêmicos ou não. Como sempre fui meio estranha, fazia um esforço maior para me caber em lugares, tentava falar das mesmas coisas, ouvir as mesmas músicas, vestir do mesmo jeito. Não queria ser vista como algo destoante dos que estavam ao meu redor. Na Universidade isso foi mais forte. As pessoas já tinham uma ideia de que eu era muito inteligente então queria que continuassem achando isso e não questionassem minha presença ali. Às vezes isso nem vinha delas, mas de mim mesma.

Participava de tudo, iniciação à docência na primeira graduação, eventos acadêmicos, pesquisa científica na segunda graduação, ensinar alguma matéria. Acredito que usava disso para reafirmar que minha existência tinha um certo valor quase como dizendo: 'vocês não podem me negar, olha como eu contribuo'. Esse era o motivo: queria a todo custo pertencer, sentia que estava colocada fora

do lugar, mas ainda continuo no lugar, sentia o des-locamento. Então passei a me apropriar, como forma de mostrar que mereço estar nesse lugar.

Merleau-Ponty (2018) aponta na experiência um caminho para a existência e coloca o corpo como algo que é indissociável do mundo. Para o filósofo francês, só se vive o mundo se eu o experimento, não tem como viver o mundo a não ser corporalmente: "Quer se trate do corpo do outro ou de meu próprio corpo, não tenho outro meio de conhecer o corpo humano senão vive-lo. (Merleau-Ponty, 2018, p. 269). Nesse sentido, o corpo é como a cerne da experiência, é através da percepção, pelo corpo, que examinamos a existência.

Após meu reconhecimento enquanto uma pessoa preta pude perceber que não via meus pares no ambiente da Universidade. Olhava para minha turma e via algumas pessoas, caminhava pela Universidade a noite e via outras, mas esporadicamente, não com a quantidade que pessoas brancas habitavam aquele lugar. Sentia, toda vez que olhava para a sala de aula um certo incômodo de estar nesse lugar. O que esse sentimento queria me falar? Disse anteriormente que a Universidade é um lugar controverso e acredito que esse incômodo está comigo até hoje, mas o que quer dizer esse pertencer? É apenas estar ou viver plenamente o ensino superior?

Me perceber meio que sozinha nesse lugar me fez entender que não sou aceita aqui. Não se discute sobre mim aqui, e quando se discute meu sentimento frente a isso é de mercadoria, um chamariz em tempos de vestibular, mais uma minoria na pauta da diversidade quando é "moda" ser diverso. A discussão sobre raça não se enraíza nos campos de gestão da Universidade, fica em um limbo para ser usado de tempos em tempos. Isso me gera desconforto, sensação de não encaixe, raiva, me sinto **des-locada**. O que isso quer dizer sobre minha presença, enquanto pessoa negra, no Ensino Superior? Que minha existência para esse lugar também está no limbo.

Se entendo que corpo e mundo se relacionam intrinsicamente e é por meio dele que percebo o mundo, comprehendo que esses sentimentos e a forma como me percebo na Universidade passam pelo corpo. O que isso quer dizer sobre presença? Não existe placa ou papel que fale que pertenço a Universidade,

o que me fala, ou me leva a ter a sensação de que faço parte de algo, é como meu corpo se sente nesses lugares.

Fiz duas graduações, Pedagogia em uma instituição privada, História em uma instituição pública. Eu deveria me sentir à vontade nesse lugar, já que não era minha primeira experiência em uma Universidade, mais pertencente por se dizer, na Universidade pública pelo fato dela ser pública, ainda mais em um curso de humanidades, onde mais pessoas da minha cor e classe social poderiam estar, onde o peso de pagar uma mensalidade todo mês não existia, onde estavam mais abertos para o diálogo. Me equivoquei... ao ver pessoas negras sendo fruto de piadas no grupo de Whatsapp da turma, percebi que nesse lugar também não era bem-vinda. É nesse sentido que penso o jogo entre pertencer/permanecer: como posso permanecer senão pertenço? Como querer a constância em estar na Universidade sem o movimento de querer ser parte de algo, sendo que este algo ainda não enxerga minha existência por completo?

E por que queremos tanto pertencer? O que leva esse desejo por querer fazer parte de alguma coisa? Que fissura buscamos preencher ao nos esforçarmos para ocupar os lugares? Nas conversas com as mulheres que dão vida a este texto, e com minhas experiências na academia, observo que buscamos esse pertencer mais no sentido de querer mostrar que a Universidade é nosso lugar enquanto mulheres negras do que uma discussão identitária.

Munanga (2004; 2012) ao tratar sobre a identidade negra afirma que ela só é construída pelo multiculturalismo (teoria que defende a existência de diferenças em uma nação). A identidade pode ser tanto individual (definição do ser) quanto coletiva (definição de um grupo). Quando falamos de pessoas negras essas categorias de identidade se mesclam, pois na história da construção de pessoas negras no Brasil não nos foi permitido ter uma identidade única, somos aquilo que os outros dizem de nós.

Nilma Lino Gomes afirma que a identidade não é algo inato do ser humano e se envolve nos diversos níveis sociais, favorecendo assim as relações consigo e com os outros.

Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e

tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (Gomes, 2005, p. 41)

Entendemos que a construção da identidade da pessoa negra envolve aspectos políticos, culturais, sociais e históricos. Pensar a identidade negra é mostrar como a diferença é percebida pelos que estão dentro e fora de um grupo. Se dizemos que a identidade negra foi formada por pessoas brancas indicamos também a relação com o Outro (Gomes, 2005).

Nessa relação com o outro está a sensação de pertencimento, que muitas vezes se atrela a discussão de identidade. Quando procuramos pertencer queremos estar inseridos em um grupo que identificamos. Porém, nesse processo de reflexão de escrita da dissertação penso que aí está o "x" da questão: pertencer nem sempre está atrelado a se identificar, porque além de existir múltiplas identidades que habitam o mesmo espaço, posso me identificar com mais de um grupo. Nesse sentido, comprehendo que o pertencer está para mais do que isso, sendo entendido como uma possibilidade de existir onde antes até o acesso nos era negado. E essa negação ainda se apresenta, mesmo que de forma velada, quando há a invisibilização da nossa existência.

As experiências apresentadas aqui são diversas, porque cada pessoa revela sua vivência a partir de um contexto mesmo que haja confluências em nossas vivências de racialidade, gênero e educação. A experiência como caminho se revelará na relação do sentir corporalmente a Universidade.

Vale lembrar que mesmo se caracterizando como uma Universidade comunitária, a UNIVALE ainda é uma instituição privada, e assim para além da questão racial ainda temos a questão econômica para refletir quando pensamos em quem ocupa o Ensino Superior privado. Estar na Universidade enquanto pessoa negra já é viver em conflito (corporal, racial, espacial, de identidade) e esses conflitos vividos por pessoas negras são percebidos como resultado da construção da história brasileira e atrelam-se a discussões sobre raça e racismo.

SEÇÃO 2: TORNAR-SE NEGRA: O SENTIR VIOLENTO DO RACISMO



[Estancar a dor]. Reprodução: Simões de Assis

Tinta acrílica sobre linho

128 x 100 cm

2023

Larissa de Souza

As violências racistas impactam a vivência de pessoas negras. Em muitas situações nos sentimos categorizados apenas pela cor da pele e o que ela fala para o Outro. Todas essas experiências graduais de racismo vão somando e se naturalizando. Todos os dias recolhemos os pedaços que nos ferem, estancando as lacerações seguimos nossas vidas com as marcas que o racismo deixa. Nessa seção discutimos esse movimento violento, que acumula em nos corpos-territórios desencadeando sensações corpóreas que afetam o modo de ver e sentir os territórios e lugares.

2.1 – Violências raciais

Munanga (2004) explica que no século XVIII a cor da pele era critério fundamental para diferenciar as “raças” e é daí que foram divididas as raças entre branca, negra e amarela. Foram os naturalistas do século XVIII-XIX que não se limitaram a classificar apenas em características físicas, e passaram a pensar também aspectos culturais, intelectuais, etc. Segundo o antropólogo, essa prática pode ser considerada como atribuição de escala de valor as raças:

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (Munanga, 2004, p.5)

Assim, a raça passa a ser entendida como um classificador social que ordena e regula tanto os comportamentos quanto as relações sociais (Santos, 2012).

É neste sentido que, mesmo com a negação da pertinência de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos

e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social. (Santos, 2012, p. 39-40)

Compreende-se então que o ideal com a utilização da terminologia raça atualmente é a discussão das relações de poder e dominação que uma parcela da população mundial tida como superior exerceu e exerce sobre o outro. Grada Kilomba (2019) afirma que o racismo é estrutural e institucional. Estrutural porque pessoas negras são excluídas das estruturas sociais e políticas, e institucional porque é um fenômeno institucionalizado, ambos dando vantagens e privilégios para a população branca.

O racismo é violento por si só, e suas características (discriminação e preconceito) são marcadas pelas relações de poder. É sempre um superior/inferior, referência/referenciado. Muitas vezes o próprio negro não consegue distinguir ou nomear se passou ou não por algum ato racista. Sabemos nomear o desconforto, o constrangimento, a dor.

bell hooks, no primeiro capítulo de sua obra “Escrever além da raça”, nos fala que precisamos nomear a dor que milhares de pessoas negras passam diariamente ao sofrerem preconceito e discriminação baseados na cor de suas peles. É preciso nomear o fenômeno do racismo para compreender as ramificações da existência do privilégio que uma superioridade racial revela no cotidiano de pessoas de cor (hooks, 2022).

Essas ações preconceituosas também contribuem para a propagação de estereótipos acerca da população negra, o que institui na formação identitária desse grupo uma marca que nos coloca mais a margem da sociedade: **a quem temer, quem é mais brava, nervosa (no caso das mulheres negras), quem é mais perigoso.**

Da mesma forma, a desigualdade racial também coloca em pauta outros preconceitos, entre eles o preconceito baseado no gênero, sendo ele construído socialmente. Como pensar a mulher nesse contexto? Que é tornar-se negra e

porque pensar o gênero nesse sentido? Compreendemos que o processo de tornar negro está associado a forma como o outro nos veem (Fanon, 2020; Souza, 2021). Segundo Kilomba (2019) não existe a separação entre gênero e raça quando se pensa a mulher negra e as violências que sofremos.

"Raça" não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da "raça". A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de "raça" e na experiência do racismo. (Kilomba, 2019, p. 94)

A forma como nós mulheres negras vivemos é perpassada por violências, tanto de gênero quanto de raça. Antes de sermos mulheres somos negras, esses marcadores se apresentam juntos, influenciando a maneira como vemos o mundo. Sabendo dessa relação para a experiência vivida também se percebe a relação com o Outro (a) mostrando que a raça é a marcadora principal da quando se pensa as experiências de mulheres negras (Kilomba, 2019). Dessa maneira, comprehende-se que para pensar a experiência da mulher negra não se pode fazê-la sem a interseccionalidade.

Teóricas como Angela Davis (2016), Carla Akotirene (2019), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2023), Grada Kilomba (2019), entre outras, apresentam uma perspectiva interseccional que parte da raça, do gênero e da classe social para se pensar as vivências de mulheres negras no mundo. Em discussões sobre a relação do feminismo com a racialidade colocam que as experiências de mulheres negras devem ser pensadas de forma coletiva, mesmo que exista a individualidade de cada uma os fatos que nos atravessam são os mesmos.

Penso essa interseccionalidade na perspectiva de Lélia Gonzalez (2020) que apresenta um posicionamento afrorreferenciado. Nesse sentido comprehendo que a experiência da mulher precisa ser pensada pela racialidade, especialmente se nos atentarmos ao contexto diaspórico do Brasil. Ao conceituar a amefricanidade, Gonzalez afirma que devemos pensar o gênero pelo contexto da América Latina e pensá-lo como uma categoria política. É necessário que observemos a formação cultural do Brasil nesse sentido, pois aqui a cultura negra foi ressignificada pelos africanos escravizados que precisaram resistir de formas diversas para que a cultura africana ainda fosse parte de sua fundação em terras estrangeiras.

Nessa chave penso também a condição da mulher negra no Brasil. Em que posição nos situamos e o que essa posição diz a respeito de nossa interpretação sobre o mundo? Como mulher negra minha visão de mundo é pautada por experiências em que o racismo e o sexismo estão presentes. Na sociedade brasileira a posição da mulher da negra ainda é de inferioridade, se olharmos para a pirâmide social continuamos na base, enquanto homens pretos, mulheres brancas e homens brancos se apresentam acima de nós.

No entendimento dos episódios racistas que passamos, olhamos para a mulher a partir de outro ponto: o gênero. Nos foi naturalizado que a presença feminina negra tem espaços condicionados e que estes espaços colocam valor sobre nós. Essa ligação inferior à que nos foi atribuída, diga-se de passagem, desde o período escravocrata, naturalizou a vivência feminina negra. Mulheres negras foram naturalizadas como seres servis, sexuais, sensuais, etc., que dentro de uma sociedade patriarcal branca baseada no mito da democracia racial se acha no direito de nos nomear como nos veem (Gonzalez. 2020). Esse mito da racialidade brasileira, portanto, faz com que a mulher negra tenha em suas vivências experiências que vão para além do contato exclusivo com o racismo por cor, pois outros marcadores, como o gênero, também são associados a nós.

É necessário mostrar por nossas vivências, por meio de nossas narrativas de vida como construímos nossas identidades e os impactos que o racismo tem em nossa formação. Tudo que experenciamos sentimos corporalmente e de forma relacional, em uma perspectiva fenomenológica corpo-mente-lugar tem relação com o mundo sendo o corpo o veículo que nos conecta nessas relações.

Nem toda pessoa negra nasce negra. Todas/os que nascem pretas/os e pardas/os têm em seu cotidiano experiências que os diferem da população com a tonalidade de pele mais clara, sejam elas espaciais ou sociais. Quando uma pessoa negra toma consciência de sua cor ela passa por um processo de reconhecimento de todas suas experiências vividas anteriormente quando a raça não era o foco de sua observação. Esse é o movimento do tornar-se, algo catalisador nas experiências de pessoas negras que implica na consciência de sua raça.

Neusa Santos Sousa (2021), em seu livro “Tornar-se negro” discute que ser negro no Brasil tem sentido inferior e nisso vive-se em uma sociedade que historicamente ensinou a pessoas negras a viver sobre e para o Outro. Já Grada Kilomba (2019) entende o tornar-se, a partir de hooks (1990), como um fazer-se de novo, assim, na experiência de se reconhecer ou se entender enquanto pessoas negras, nos tornamos algo que já erámos, mas agora com o entendimento do racial para explicar os motivos que sentimos o que sentimos.

Vejo isso em minha própria vivência, sou filha de um casal interracial, minha mãe é branca e meu pai é negro retinto, tenho uma irmã que é considerada pelos outros parda, mas que se entende enquanto preta.

Minha primeira experiência violenta com o racismo foi com nove anos. Estávamos eu, minha mãe e minha irmã em uma loja coisas de casas no centro da cidade onde moro, Governador Valadares. Saí de perto da minha mãe para andar pela loja, cheguei num corredor e tinha duas senhoras brancas, uma virou pra outra e disse: “segura sua bolsa que tem uma neguinha aqui”. Escutei aquilo e parei de mexer no que estava na prateleira. Ouvi a outra senhora falar: “para com isso fulana, é uma criança”. Olhei para elas sem entender, fui atrás da minha mãe e contei o que tinha acontecido, minha mãe foi atrás da senhora e perguntou o que ela tinha falado para mim. A senhora ficou desconcertada e sem entender vendo que minha mãe era branca, a amiga dela pediu desculpas, disse que foi sem querer e saíram da loja depois. Não lembro de mais nada desse dia, se continuamos na rua, se fomos para casa.

Para uma criança de nove anos ouvir que está sendo comparada com um criminoso é algo cruel. Nesse movimento de conversas com as participantes e escrita da dissertação pude revisitar, mesmo que involuntariamente muitas experiências que marcaram minha forma de ver o mundo. Nas conversas senti a dor do racismo, do sexismo e do preconceito de classe ao qual mulheres negras sofrem. De certa forma as experiências que aqui estão mostram as imbricações que cor e gênero têm em nossas vivências.

Ao contarem suas experiências de vida, as conversantes demonstraram como sentem no corpo as violências derivadas da raça. O racismo é violento e

não fere quem sente em apenas uma experiência, como somos vistos nas escolas, nos espaços de trabalho, nos relacionamentos, em todos estes aspectos percebe-se a violência, a humilhação por ser negra/o.

A primeira com quem me reuni era a mais nova das mulheres, Arco. Ao relatar sua história de vida fala que em sua família sempre foi ensinada que era negra e esse ensinamento não era de valorização da sua cor, sempre mostrando o lado negativo de ter nascido negro no Brasil. Ela diz que aprendeu “você é tratado dessa forma, porque você é assim”.

Tem outra coisa também que eu, por ter a pele mais escura na infância e na minha família eu vivi muito aquele negócio tipo você é macumbeira, neguinha, aquele negócio. Então eu tive dificuldade, eu não pego sol. **Não gostava de pegar sol para minha pele ficar mais clara**, porque eu não gostava daquelas coisas de mim. Daquela necessidade de te ofender, dentro daquilo que é a sua aparência. (Arco, grifos nossos)

Essa vivência também é percebida na fala de Valkira: A vida dessa mulher é marcada por diversas categorias de violência. Desde pequena também foi ensinada o lugar esperado dela.

[...] até lembro da minha mãe, nós passava (sic), eu não podia olhar a loja, esses manequins com roupa. Ela falava: menina não fica olhando porque daqui a pouco eles **vão achar que você tá querendo roubar**. Então assim, a gente já cresce já é ensinado... E a mãe da gente que já sofreu, às vezes pra resguardar, proteger a gente, ensinou a gente, não vai em tal lugar, não é o seu lugar. (Valkira, grifos nossos)

Os lugares que pessoas negras são colocadas pela sociedade nos fazem agir de forma conformadora. Nossos corpos são condicionados pelas experiências que temos e essas experiências refletem na maneira como vivemos nos territórios e lugares que passamos a ocupar. Esses encontros com o racismo impactam na subjetividade de pessoas negras. O racismo é violento e sentido diariamente por pessoas negras. Ocorre uma internalização do ideal branco, com isso a inferiorização, na consciência de qual é o lugar esperado de nós, o desgosto pela cor da pele, mesmo que seja para passar desapercebido e não sofrer atos racistas (Souza, 2021; Santiago e Gaudenzi, 2024).

Podemos compreender essas questões no que Souza (2021) fala ao abordar o mito negro. Na perspectiva da autora o mito negro é a

aceitação/internalização do pensamento do grupo vigente (branco): a inferiorização do negro na sociedade.

É a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é quem afirma: "o negro é o outro do belo". É esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento dos outros. (Souza, 2021, p. 29)

Lilás também passou por muitas violências durante a infância. Ela conta que se sentiu sozinha muitas vezes no decorrer de sua vida, que sentia o cuidado de uma forma diferente, mas que sempre as pessoas que olhavam para ela com cuidado estavam em sua vida de maneira passageira.

[...] é a confusão, meus traços são pretos, então assim, só a minha pele que é mais clara, só o meu cabelo, só o Senhor pra ter misericórdia, então assim, elas [as primas] cuidavam tão bem do meu cabelo, quando elas vieram embora eu fui e peguei muito piolho e tudo, meu pai foi e cortou meu cabelo zerado. Aquilo assim é como se meu pai tivesse arrancado uma parte de mim, sem permissão sem nada. Então assim, foi sempre essas dores... quando ele fazia algo que não tinha minha permissão **é como se ele tivesse tirando algo que me pertencia**, é como se ele tivesse rasgando o meu coração. (Lilás, grifos nossos)

Ainda no ponto de sua aparência ela conta que o cabelo cacheado/crespo, característica de pessoas negras, sempre foi uma questão que a machucava, pois tratavam seu cabelo como se fosse um problema, com palavras pejorativas: "Porque seu cabelo é da África, sua negra da África, vai arrumar esse cabelo, cabelo de bombril".

Em outro momento me relata

[...] eu ouvi de uma pessoa bem próxima que eu parecia **eletrostática, por causa do meu cabelo** e aquilo assim, no momento parece que não me afetou, mas depois eu vi que comecei a mudar meu estilo, então assim desde a infância e a sociedade no geral ela é muito, **tem que ter um tipo de pessoa específica, um padrão de pessoa, então isso afeta bastante o nosso psicológico**. (Lilás, grifos nossos)

O cabelo é algo muito particular da mulher negra, carrega nossa identidade e muitas vezes o negamos para diminuir os olhares preconceituosos e nos adequarmos a estética padrão europeia/estadunidense adotada pelos brasileiros. Uma vez, no Fundamental II, tinha 12 anos, fui para a escola de cabelo natural num rabo de cavalo, geralmente minha mãe fazia umas tranças no meu

cabelo para eu usar solto, mas nesse dia quis ir diferente, daí um menino da minha sala berrou a toda a altura que não conseguia ver o quadro porque meu cabelo tampava a visão dele. Ele tinha quase 1,80 de altura, eu tenho 1,57 cm. Nesse dia virei para trás e disse que se ele quisesse ver que fosse para a frente, meu cabelo não era empecilho, lembro que até comparei ele ao Pico da Ibituruna, o ponto turístico e característico de Governador Valadares. Na época todos riram de nós, mas eu fiquei incomodada. Ele era branco.

A estética da mulher tem como modelo a mulher branca. Gomes (2003) explicita que existe uma relação corporal com a identidade negra, especialmente quando se fala sobre cabelo. Os fenótipos negros são marcas que dizem sobre a identidade, perceber o cabelo como estereótipo de inferioridade contribui para a fragilidade da identidade bem como a não aceitação de seus traços raciais.

Nesse sentido Oliveira e Mattos (2019) afirmam que para mulheres negras o cabelo é uma materialização de conflitos raciais e da maneira como percebem suas identidades. Para além de questões socioeconômicas, o cabelo também contribui para a forma como nós olhamos para nosso corpo em uma sociedade onde o outro (branco) é tido como referência. Isso fere a autoestima da mulher negra, acabamos por internalizar comentários referentes a nossa aparência, Queiroz (2019) afirma que “a cultura do embranquecimento foi uma ferramenta expressiva no genocídio da estética negra, e as mulheres negras foram as principais atingidas, pois são as que mais sofreram e vêm sofrendo com seus corpos, por causa do racismo” (Queiroz, 2019, p. 5).

Nas conversas com Carolina Maria, ela falou como a discussão sobre raça e racismo sempre a incomodou. De acordo com ela, sempre sentiu a diferença dentro da própria casa com sua família. Ela, de cor mais retinta, sempre se sentiu mais invisibilizada.

Não achava que a gente ia se juntar à preta. Ah, negrinho, negrinho tipo da mãe, da nossa mãe. **Mas eles não me chamavam pelo nome,** eles não me chamavam pelo nome. Tinha irmão que me esquecia na escola, só ia me buscar depois... (Carolina Maria, grifos nossos)

Seu primeiro contato com o racismo fora do contexto familiar foi na escola durante o 7º ano do Ensino Fundamental, por parte de uma professora

E aí, quando chegou minha vez, cara... ela me chamou, quando ela olhou pra mim, ela falou assim: **não precisa responder, hoje eu não falo com preto.** Cara eu não sabia o que fazer. Eu só chorava, eu só chorei, assim, durante um bom tempo eu só chorei. (Carolina Maria, grifos nossos)

Essa mulher em específico já vivenciava o sentimento cruel do racismo sem saber decodificar o que era "cedo eu entendi que o racismo era alguma coisa ruim, mas eu não sabia que essa era a palavra". Ela sabia que em muitas situações, mesmo que ainda criança, era preterida. Ao ser confrontada de maneira tão explícita o congelamento do constrangimento e a única resposta ser o choro coloca em pauta como o racismo nos paralisa. Essa paralisação também é percebida na fala de outra mulher,

eu lembro de um fato que foi muito chocante pra mim. E aí, teve um momento, uma brincadeira na sala de aula que foi assim: ah, fulano vai namorar com [...]. Essas coisas bobas, né? Rapaz. O menino virou pra mim, ele sentava na minha frente, não esqueço disso até hoje, ele virou pra mim e falou assim: **eu nunca namoraria com você, porque você é negra e na minha família, eles nunca iam aceitar uma pessoa negra.** Aí eu fiquei assim, como assim né? (Arco, grifos nossos)

Em uma situação tão cotidiana como adolescentes em seus grupos de amigos conversando sobre coisas de adolescentes, o ato violento de racismo é percebido. Esse fato ocorreu em uma escola privada onde a entrevistada era bolsista, daí temos mais um ponto para pensar a experiência territorial e corporal dessa mulher. Por qual motivo a rejeitavam? Pelo simples fato da cor de sua pele, por ser negra, não há outra explicação para o fato.

Desde tenra idade, as mulheres pretas são alvo de rejeição em diversos contextos sociais, tendo que conviver com esse "fantasma" criado por uma sociedade na qual imperam o racismo estrutural e o machismo. O preterimento que interfere na vida das mulheres pretas se inicia quando elas se deparam que no contexto brasileiro elas "não são bonitas", que o "seu cabelo é ruim" e que, possivelmente, jamais serão tão amadas e "desejadas" quanto as mulheres brancas. (Rodrigues; Sacramento; Aragão, 2024, p. 3)

Rodrigues, Sacramento e Aragão explicam que o preterimento da mulher negra é um "novo tipo" de racismo denominado racismo afetivo-sexual. O preterimento da mulher negra é um retrato do racismo estrutural e do ideal branco imposto na

formação da sociedade brasileira e vem de todos os lados, tanto dos homens brancos quanto dos homens negros, em outro relato de Arco esse sentimento aparece: “[...] eu posso passar uma fila quem vai querer são homens negros não são homens brancos, e, se quiser também, porque se eu tiver com amiga branca, não vai me querer, [...], vai querer minha amiga branca...”.

Essa marca a vivência das mulheres negras, que muitas vezes acabam se vendo apenas como objeto de desejo, que merecem ficarem escondidas e se voltam mais para a solitude, pois não veem futuro em relacionamentos afetivos-sexuais. Isso também é uma representação de acúmulo.

Em outro momento da nossa conversa retomo com Arco sobre como a situação na escola afetou sua vida amorosa. Ela disse que teve um relacionamento com um rapaz branco pouco depois de mudar de escola, ela via que para ele não tinha a questão de ela ser negra, mas que a avó de seu namorado não a aceitava, depois disso afirma: “desisti de namorar com branco”.

Arco, na época ainda adolescente, não esquece de ter sido vítima de um ato tão explícito de racismo em um lugar como a escola. Quando me relatava sobre esse dia seu corpo que antes estava relaxado, me contando com naturalidade sobre sua vida, se tensiona, toma uma rigidez como se tivesse ouvindo a frase (“eu nunca namoraria com você, porque você é negra...”) pela primeira vez. Segundo ela, desde cedo sua família já a ensinou que a cor de sua pele era diferente e que ela seria tratada de forma diferente por conta disso, em sua fala ressalta “o mundo é assim mesmo e acabou...”.

Segundo Gomes (1996) afirma que a escola não é um campo neutro, onde o racismo não se revela.

A escola é um dos espaços que interfere e muito no complexo processo de construção das identidades. O tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Esse tempo registra lembranças, produz experiências e deixa marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso à educação escolar. Tais fatores interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos e na maneira como esses veem a si mesmos e ao outro no cotidiano da escola. (Gomes, 1996, p. 2)

É nesse espaço que a identidade negra também é formada. Se levarmos em consideração as contradições e conflitos que o ambiente escolar proporciona ao pensarmos a raça e o gênero, nos damos conta que a escola é reproduutora do racismo e machismo e demais discriminações por estar dentro de uma sociedade onde a estrutura é racista (Gomes, 1996).

Várias situações de racismo acontecem no ambiente escolar, experiencingo isso duas vezes quando criança e adolescente. Quando estava na terceira série tive uma professora que para a comemoração do dia 20 de novembro disse que eu teria que me vestir de umbandista já que eu era negra. Falei que não era minha religião, então não entendia o motivo de me vestir assim, ela disse que o motivo era que eu era negra, acabou que uma colega de sala falou que vestiria e ficou por isso mesmo.

Essa é a naturalização da experiência racial no Brasil. Isso é evidente nas falas de Valkira, em sua perspectiva entende a diferença entre uma pessoa negra e uma não-negra pelo olhar e isso impacta a forma como ela se sente nos espaços sociais, ao relatar uma experiência de andar no supermercado com uma amiga branca ela diz que percebe a diferença de tratamento, o olhar lançado a ela é diferente: "um olhar de desprezo"

Então, tem alguns lugares que você vai chegar, eles vão te tratar de outra forma, com outro olhar. Hoje, eles não podem te expressar, mas a pessoa sabe sentir. **Você sabe sentir... Mas o desprezo, tem coisas que doem mais do que palavras.** O desprezo, a forma de te olhar. Então existe isso o tempo todo... (Valkira, grifos nossos)

Quando conversei com essa mulher em específico estávamos sentadas em uma área aberta da UNIVALE, ao falar sobre como o desprezo machuca e dói mais do que palavras, ela de forma inconsciente retrai seus ombros à medida que pessoas passavam perto de nós. O sentimento de desprezo é sentido a todo tempo. Mesmo sem saber nomear o racismo ele é sentido corporalmente, você sente o olhar diferente, a postura quando se passa perto, que lugar que se pode frequentar, onde se sente segurança.

Só que, aconteceu um fato, racista, na época, que aquilo ali me deixou insegura, porque era uma menina negra, rica, que tinha dinheiro [...] Ela tava jogando. E, no jogo, assim, metendo uns xingamentos... era racistaço. Mesmo, assim, foi muito pesado. E todo mundo ficou, tipo assim, que isso, tá ligado? Tem que intervir, tem que chamar a polícia. E a escola não. Não fez nada. É, eu fiquei, tipo assim, mano, **eu não tô segura pelo mundo**. Porque se ela que tem dinheiro, que tem influência aqui dentro, que é inteligente pra caralho, não roubou nada... Entendeu? Aí eu falei, hum, não posso continuar aqui. (Arco, grifos nossos)

O racismo experenciado é o retrato da continuação das desigualdades sociais, econômicas e culturais no Brasil. Somos, enquanto pessoas negras, condicionados, inconscientemente, a conformação de como o Outro nos enxerga, esperar que nos chamem e nos caracterizem de forma pejorativa é um exemplo disso.

2.2 – Acúmulo racial e o des-locamento corpóreo

Nas falas acima se observa como a inferiorização e estigmatização da pessoa negra também os violentam psicologicamente e corporalmente. Esses atos são absorvidos pelas pessoas no decorrer de suas vidas, muitas vezes acabando por suprimir qualquer emoção quando encontrado novamente em uma situação racista. Pensamos nesse sentido que existe um **acúmulo corpóreo** das experiências raciais.

De Paula (2017) apresenta um conceito em sua tese de doutorado denominado **acúmulo** ao refletir sobre as pequenas mudanças que influenciam os caminhos e a maneira de viver os lugares, é um conceito encarnado, construído compreendendo que as experiências que acumulamos são corpóreas. A autora define acúmulo como uma síntese lugar-corpórea, é algo que se torna outra coisa ainda que seja o mesmo, são processos que vão se ajuntando gradativamente.

Às vezes tão lento e discreto, tão próximo do habitual, que não nos damos conta que algo está a se acumular. Ou, ainda, podemos dar-nos conta de que algo se acumula, mas o processo parece tão lento e, por isso, tão facilmente manejável que postergamos a lida com ele (se é que se pretende realmente lidar com ele). (De Paula, 2017, p. 79)

Podemos pensar então o acúmulo como pequenas mudanças que podem ser invisíveis no primeiro momento, mas que acumuladas a longo prazo podem se tornar outra coisa. O acúmulo, portanto, gera transformações, que posteriormente amontoadas, nos fazem perceber novos sentimentos quando enfrentamos o mesmo cenário.

Esses novos sentimentos são revelados corporalmente. Segundo De Paula (2024) tudo é sentido corporalmente pois existe uma relação corpo-mente-lugar-território que não pode ser pensada apenas na materialidade, na objetividade, da mesma forma que o sentimento não fica somente na ordem do sensível.

Os fenômenos considerados como imateriais, tais como sentimentos, pensamentos, sonhos, ideias, desejos, não existem à parte da dimensão material, separada dela... Da mesma forma, não existe materialidade pura. Toda materialidade já é uma sensação para nós; ela é indissociável de sentimentos, ideias, de história, atração ou recusa, valor – imaterialidade. Nunca vivenciamos (é impossível vivenciar) uma materialidade sem aprendê-la dentro do quadro de nossa experiência já vivida. (De Paula, 2024, p. 137-138)

Materialidade e subjetividade estão vinculadas nessa ambiguidade, a ver o que Merleau-Ponty afirma ao propor o corpo como caminho para o revelar da experiência: “O corpo é veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles” (Merleau-Ponty, 2018, p. 122).

Reflitamos também acerca do acúmulo e seus desvelamentos no corpo a partir da ideia de hábito do filósofo francês,

Mas esse poder do hábito não se distingue do poder que temos em geral sobre nosso corpo: se me ordenam tocar minha orelha ou meu joelho, levo minha mão à minha orelha ou ao meu joelho pelo caminho mais curto, sem precisar representar-me a posição de minha mão no ponto de partida, a de minha orelha nem o trajeto de uma à outra. Dizíamos acima que, na aquisição do hábito, é o corpo que “compreende”. Essa fórmula parecerá absurda se o corpo for um objeto. Mas justamente o fenômeno do hábito convida-nos a remanejar nossa noção do “compreender” e nossa noção do corpo. Compreender é experimentar o acordo entre aquilo que visamos e aquilo que é dado, entre a intenção e a efetuação – e o corpo é nosso ancoradouro em um mundo. (Merleau-Ponty, 2018, p. 200)

Entendo aqui o hábito enquanto a naturalização da ação. Se considerarmos, portanto, o acúmulo como amontoamento de experiências incorporamos uma resposta, uma ação que passa a ter intencionalidade. Assim, o acúmulo revela no corpo as transformações, o habitual se modifica e naturalizamos o novo sentimento dependendo do lugar. O que faço nessa dissertação é pensar o acúmulo nas experiências raciais.

Não gostar de pegar sol, ser confundida com bandido, ter seu corpo violado, seus traços negados, ser rejeitada por sua cor, sentir o olhar de desprezo e indiferença, não se sentir segura na rua, na escola são algumas das violências que as mulheres que dão vida a este sofreram. Esses atos racistas muitas vezes acabam passando desapercebidos ou até mesmos naturalizados no cotidiano de pessoas negras.

O acúmulo é lento, não se acumula nada do dia para noite, são eventos graduais, mas se olharmos com a lente racial se tornam corriqueiros. A filósofa Grada Kilomba (2019) mostra, ao conceituar o racismo cotidiano, que esses episódios estão na cotidianidade da vida, nas sutilezas, em uma fala em sala de aula, um contato com seu empregador, uma consulta médica: **experiências racistas podem acontecer a qualquer momento.**

O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (Kilomba, 2019, p. 80)

É nesse sentido, pensando acúmulo a partir de Paula (2017) e racismo cotidiano de Kilomba (2019), que denominamos o caminho teórico-metodológico do **acúmulo racial**. Esse acúmulo é entendido aqui como encarnado nas experiências de mulheres negras. É na corporeidade que ele se revela, na sutileza do dia a dia, que acumulado apresenta no/para o corpo um sentimento dúvida em relação as pessoas, espaços e territórios em que ocupamos.

Cada fala das conversantes apresentada anteriormente demonstra uma experiência de acúmulo, os fatos não são isolados que as fazem sentir o peso do racismo corporalmente. Arco relatou que viveu episódios onde percebia que era tratada diferente por conta de sua cor desde a infância, em relacionamentos de amizade e também amorosos. Valkira conta que passou por dificuldades em casa com seu padrasto por conta de sua cor e também pelo fato de ser filha do primeiro relacionamento de sua mãe, teve sua infância negada. Lilás fala que cresceu em um ambiente muito complicado e que não se sentia pertencente pois para algumas pessoas da família não tinha uma raça definida: não era nem negra nem branca. Carolina Maria também relata que na família não era tratada de maneira igual, sempre de maneira pejorativa por conta de sua cor.

Para a pessoa negra que reconhece essas experiências racistas, a exposição ao perigo constante por conta da cor impacta até mesmo na maneira como se enxergam. Essas questões afetam a formação da identidade da pessoa negra e de certa forma a corporeidade de pessoas negras em diversos lugares. Em uma perspectiva fenomenológica, Merleau-Ponty (2018) afirma que o corpo não é desassociado do mundo. Nessa chave, compreendemos que a experiência é sentida corporalmente. Merleau-Ponty apresenta que a experiência corporal é tida como uma experiência perceptiva, em que o corpo é percebido a partir de sua posicionalidade e relação com o mundo. Se o corpo é e faz parte do mundo, ele pode perceber os movimentos relacionais de diferentes perspectivas e se aprofundar para além do que se mostra materialmente. É nesse aprofundamento que se reaprende a não se distanciar do corpo no processo de viver as experiências pois é por meio dele que somos concebidos como sujeitos de percepção.

Ao pensar o corpo-território remonto a ideia das interlocuções existentes na forma como as relações de poder são sentidas pelo corpo. De Paula (2011) atenta que território é toda porção espacial definida em função do exercício de poder e apresenta o território a partir da dimensão do vivido onde territórios surjam ou se manifestem a partir das relações de poder experienciadas no

cotidiano; território, de toda forma, implica em compreender dinâmicas de inclusão e exclusão, pertencimento ou não pertencimento de sujeitos à determinados espaços sociais.

Qual o sentido de pensar o corpo nesse contexto? É olhar para a maneira como o território impacta nas experiências; quais são as reações que temos ao vivenciar determinados sentimentos. Como respondemos a um ataque racista? O que nosso corpo fala? Às vezes é gesto corporal, o virar de um rosto, o cair de um ombro, o arrepiar de uma pele, outras vezes é o choro, o silêncio, o choque, o constrangimento, demais vezes é o grito, é o confronto.

Dessa forma, ao olhar para as conversas observou-se que todas as conversantes tinham um elemento em comum em suas experiências: **o deslocamento corpóreo**, que na verdade são sensações corpóreas que refletem em como nós vivemos determinados territórios/lugares. Deslocamento se origina da palavra deslocar. A etimologia da palavra indica origem do latim, de acordo com o Dicionário de Latim Essencial (2014) o prefixo **des-** pode vir do *dis* indicando divisão; separação; afastamento; direção em sentidos opostos; negação. **Locar** vem de *locare*- significa colocar. Deslocar é movimentar, mudar de lugar, ir de um ponto ao outro. O deslocamento acontece à medida que é necessário a mobilidade de algo ou alguém. Pensando o trabalho dessa dissertação compreendemos o **des-locamento** como o afastamento do lugar. Ao olhar esse conceito numa perspectiva racial, sou levada a pensar as violências cotidianas que mulheres negras sofrem e como são sentidas em seus corpos e em como o próprio corpo, enquanto caminho da experiência revela sensações que nos mobilizam.

Esse fenômeno é percebido nas experiências cotidianas das mulheres, mas neste trabalho está mais para o aspecto do sensível, ele vai se materializar em alguns momentos específicos, mas o seu conflito está no sentir. De Paula (2017; 2024) e Merleau-Ponty (2018) tratam exatamente desse aspecto essencial da experiência corporal: **o sentir**. Tudo é sentido no corpo, é atravessado pelo corpo e se revela no corpo. O corpo não é apenas um mero objeto pelo qual percebo as coisas ao redor. Ele é carne, é intencional, situacional, relacional, é

território, é lugar. Em nossas conversas foram percebidas várias sensações de des-locamentos raciais, na escola, no mercado de trabalho, na família. Essas sensações, sentidas no e pelo corpo, mostram as marcas do racismo.

É difícil explicar essa correlação do corpo de maneira objetiva porque não é algo puramente material, está na ordem do sensível. Merleau-Ponty (2018) fala de um corpo que não é fisiológico e sim uma relação mente-eu mesmo-mundo. O sentir não vem de dentro e é expressado para fora, é preciso levar em consideração a forma como essa experiência é sentida pelo corpo e como esse corpo vai revelar a corporeidade, ou seja, o movimento que as sensações possibilitam realizar no corpo e como esse sentir/experienciar é intrínseco ao corpo, o que se pode entender quando o filósofo fala sobre o sujeito encarnado, não nos desassociamos das experiências.

Existe uma relação entre o racismo e a subjetividade das pessoas negras. Em conversa com essas mulheres, se percebe como a experiência racista machuca, silencia e transforma a vida de pessoas negras. O choro e a mudança, inconsciente, de como se portava esteticamente faz com que se olhe para as práticas racistas cotidianas como microagressões que acumuladas transformam a maneira como nosso corpo experencia os territórios-lugares.

SEÇÃO 3: UNIVERSIDADE: CONVÍVIO OU DISCÓRDIA?



[Proteção Extrema Contra a Dor e o Sofrimento]. Reprodução: Flickr.
Grafite e aquarela sobre papel
32,5 x 42,5 cm
2011
Rosana Paulino

A Universidade enquanto território-lugar deixa evidente sua posição ambígua entre convívio e discórdia. Pessoas negras conseguiram alcançar lugar de inserção com políticas públicas de ações afirmativas, mas de como lugar de inclusão ainda se tem um percurso a percorrer. Aqui descrevemos racialmente a UNIVALE e como as estratégias de des-locamento corpóreo se apresentam como uma proteção contra o racismo.

3.1 – Univale descrita racialmente

Para falar das experiências de des-locamento é preciso racializar a UNIVALE. Faço aqui uma descrição da paisagem racial da Universidade. A UNIVALE é uma Universidade de certo peso em Governador Valadares. Essa instituição é branca, digo isso ao observar sua estrutura de gestão interna. Quem são as pessoas em cargos de gestão maior? Brancos. Como é o quadro de professores? Em sua maioria brancos. Quem está nos outdoors espalhados na cidade? Brancos.

O *campus* II, onde ficam a maior parte dos cursos ofertados e onde sempre estudei não pode ser considerado um espaço com pessoas negras. Existe uma discrepância gritante entre quem estuda no período matutino e no período noturno. O matutino é branco, o noturno com um pouco mais de cor. Em toda minha caminhada acadêmica na instituição pude contar as/os professoras/es pardas/os e pretas/os retintas/os que tive, em uma instituição com mais de 200 professores a única professora retinta que tenho é minha orientadora. Andando pela Universidade vejo grande quantidade de estudantes pardos, não vejo muitos negros retintos.

No hall do prédio principal do *campus* II (ED2) ficam os pôsteres das turmas de graduação que estão se formando. Um dia, à tarde, estava caminhando para a lanchonete no meu horário de café, sentei e comecei a observar o lugar. Ali estavam os estudantes de Medicina e Odontologia, os cursos integrais que a instituição oferece. Em seus grupos de amigos, sentados, conversando alto, rindo e compartilhando sobre as matérias, vi apenas pessoas brancas. Na volta do café olhei para os pôsteres no hall do prédio, em todos os pôsteres estudantes brancos, dava pra contar quem era pardo ou quem tinha o cabelo

crespo/cacheado. É gritante a escassez de estudantes negros naquelas imagens.

Me senti des-locada. Uma das conversantes também afirma que existe essa diferença racial quando se olha a comunidade da Universidade “pra mim a vivência dentro do noturno, eu percebo que tem mais pessoas negras, mas de manhã a gente sente a diferença” (Arco).

Quem são as pessoas negras retintas da Universidade? Os funcionários da lanchonete, da limpeza, os jardineiros, os que trabalham nas obras do *campus*... Trabalhadores braçais, na base da pirâmide dos salários e que são vistos como aqueles que servem¹⁵. Quem está nos lugares de poder e tomadas de decisão são pessoas brancas. E isso reflete na forma como a raça é pensada. Sarah Ahmed diz que a brancura/branquitude orienta os corpos na maneira como eles ocupam os espaços e como esse corpo direciona sua posicionalidade. A brancura/branquitude também se apresenta como relacional, somos moldados e moldamos o espaço à nossa volta, portanto, a branquitude enquanto raça guia a forma como nos orientamos racialmente. Isso advém do colonialismo que colocou o ser branco como norma fazendo com que a orientação da branquitude se tornasse um hábito, um padrão a ser seguido (Ahmed, 2007).

Espaços são orientados ‘em volta’ da branquitude, na medida em que a branquitude não é vista. Nós não enxergamos a branquitude; ela ‘segue’ os corpos, como se assumisse como algo dado. O efeito dessa ‘branquitude’ é a **institucionalização de uma certa ‘semelhança’ que faz com que corpos não-brancos se sintam desconfortáveis, expostos, visíveis, diferentes, quando ocupam esse espaço.** (Ahmed, 2007, p. 157, tradução e grifos nossos)

São esses sentimentos que geram o **des-locamento corpóreo**. Nesses espaços formados pelo hábito do colonialismo percebemos que a branquitude não se confronta, essencialmente por serem a “norma”. Os espaços são formados por quem os habita, e aqui habitar está no sentido de pensar o ocupar dos territórios e lugares.

Dessa forma, a percepção das relações raciais (branquitude/negritude) só é visível para aqueles que não compõem a população tida como norma, aqueles

¹⁵ Esses trabalhadores são essenciais para o funcionamento do campus, o fato de pessoas negras estarem majoritariamente neste grupo de trabalho intensifica a afirmativa do racismo estrutural na sociedade brasileira, não estão ali por escolha, mas a estrutura social os condicionou a esse lugar.

que estão acostumados, pelas experiências de acúmulo, a não se sentirem parte aprendem a não enxergar o peso da normativa branca.

Durante o processo da pesquisa pude observar coisas na instituição que antes me passavam despercebidas. No mês de novembro, a data comemorativa em função da consciência negra não teve um movimento sequer de atividades com os estudantes. Os movimentos que tem sido feito ainda são muito poucos frente a realidade de muitos estudantes negros na Universidade, temos o Seminário Abayomi¹⁶ passado e na Semana da Diversidade¹⁷ com uma atividade. Essas atividades já demonstram que existe um movimento que pensa a raça neste espaço acadêmico (e são de extrema importância para a luta antirracista), mas ainda não dão conta de fechar as lacunas, percebo que ainda há um grande percurso a ser caminhado para que todas/os estudantes negras/os estejam se sentindo contemplados por essas ações.

É na percepção dessa lacuna que vejo a falta de letramento racial. Os professores, estudantes e funcionários não são letrados racialmente. Quando falo de raça muitas vezes falo sozinha, as pessoas brancas que estão no mesmo lugar ficam caladas, não se atrevem a discutir o assunto, mesmo que tenham conhecimento sobre o assunto. É como se somente eu soubesse o que é raça, mas na verdade, por falta de letramento e medo de se entregarem racistas (mesmo que haja o processo de reconhecimento que todos somos racistas), se calam.

¹⁶ O "Seminário do Coletivo Abayomi/GV: Ubuntu – construindo uma rede de enfrentamento ao racismo" acontece na UNIVALE no mês de março, durante o período que se celebra o dia Internacional contra a Discriminação Racial, desde 2024. É um evento proposto pelo Coletivo Abayomi/GV (que atua na cidade de Governador Valadares principalmente junto à educação, buscando promover igualdade racial) com parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD) ligados ao GIT/UNIVALE, Ministério Público (MP), Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares (SMED), Superintendência Regional de Ensino (SER), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Minas Gerais campus Governador Valadares (NEABI/IFMG-GV), Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares/Pró-reitoria de Cultura (UFJF-GV) e Superintendência Regional de Saúde (SRS). Disponível em: <https://univale.br/2o-seminario-abayomi/>. Acesso em: 23.mai.2025.

¹⁷ A Semana da Diversidade é um evento proposto pela UNIVALE sob responsabilidade do Espaço A3 – Apoio ao Aluno. O evento, realizado desde 2020, conta com cinco edições em que a comunidade acadêmica tem a possibilidade de vivenciar formações, palestras, oficinas que incentivem e favoreçam a inclusão em suas diversas possibilidades. Disponível em: <https://eventos.univale.br/semana-da-diversidade/>. Acesso em: 23.mai.2025.

A sensação que tenho é que a discussão racial dentro da Universidade não existe, como disse anteriormente ela fica em um limbo, utilizada apenas em certos momentos. Não há enraizamento. Já existem dissertações no GIT que discutem gênero relacionado ao território e territorialidades, porém a discussão racial, de maneira evidente, só começou a partir de 2019¹⁸. O mestrado de Gestão Integrada do Território tem 15 anos, mas apenas em 2019 que a discussão racial foi colocada explicitamente. As pessoas tem medo do racismo.

Isso é cruel, é desmotivador, é violento, porque mostra que ainda temos lugares não acessados. Quantas pessoas negras tem no mestrado? Quantas pessoas negras retintas tem? A minha turma foi privilegiada nesse sentido, temos seis pessoas negras, sendo uma delas quilombola. As outras turmas não são assim, mesmo com as ações afirmativas, como bolsas para quem participa de movimentos sociais, se tiver duas pessoas negras em cada sala já podemos nos dar como vitoriosos. O sistema (e aqui digo no macro, estrutural, institucional da sociedade brasileira) é cruel.

Daí que pensamos a fissura do pertencer, ela está construída na forma como a Universidade está organizada, como o espaço construído por meio das relações faz com que pessoas não-brancas se sintam pertencentes. **A fissura do pertencer está marcada pelo des-locamento.**

3.2 – Experiências de des-locamento e as estratégias corpóreas

Pensando o acúmulo como revelador do des-locamento e a experiência do corpo-território da mulher negra, entendemos que no caso das mulheres que conversei, as pequenas transformações que viveram por causa do racismo, de se sentirem des-locadas, as experiências de não-lugar, de castigo, de constrangimento. Os acúmulos que essas mulheres viveram, pensando racialmente afetaram a forma como o corpo delas sentem os territórios-lugares.

¹⁸ A dissertação em questão é da Mestra Erika Benigna do Nascimento, intitulada "ESTOU CANSADA, MUITO CANSADA': opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras, estudantes da educação básica", que foca nas opressões interseccionais nos corpos-territórios de adolescentes negras em uma escola estadual de Governador Valadares, Minas Gerais.

Esse afetar é o que podemos chamar de estratégias corpóreas. De Paula (2017) conceitua **estratégia corpo-lugar** como atos corpóreos que mudam/se originam com as mudanças geradas pelo acúmulo. Podem ser conscientes ou inconscientes, mas dependem de algo que foi transformado pela cotidianidade de seu acontecimento. Essas pequenas mudanças fazem com que se criem estratégias para sobreviver.

Minha experiência de des-locamento mais marcante aconteceu em 2016, enquanto cursava o quarto período. Socializávamos um estágio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como uma boa aula do curso de Pedagogia estávamos em roda na sala, conversando sobre as escolas, os lugares, as pessoas, até que uma colega, que também era negra, começou a falar que a maioria da turma dele era negra e não prestava atenção nas aulas. Eu estava com a cabeça baixa, mexendo no celular e de repente escutei isso, levanto minha cabeça com a testa meio franzida pensando “o que ela está falando?” Olho para a turma imaginando não ser possível que só eu percebi a problemática daquela fala, para minha surpresa ou não, todas estavam “normais”.

Surge então um incômodo de: o que uma coisa tem a ver com a outra? Ao mesmo tempo me questionava o motivo de ter ficado tão incomodada com a fala dela, que claro, poderia ter sido sem maldade alguma. Mas aí virou uma chave na minha cabeça: “ah, eles acham que o negro sabe menos”. Posso ser boa em algo, mas se sou negra tenho que me dedicar mil vezes mais porque minha cor chega primeiro que eu. Acho que estava numa fase mais reativa e acabei por despejar na turma toda essa indignação frente raça/inteligência/lugar que posso ocupar. Minha estratégia corpórea foi falar, desenterrar tudo que já estava acumulado em mim, isso foi sentido corporalmente, **como se o próprio corpo operasse sozinho ao sentir e assim reconhecer o impacto do racismo.**

Todas as mulheres que conversei são as primeiras de sua família a entrar no ensino superior. Em cada conversa se apresentou uma categoria de deslocamento que em uma reflexão generalizada gira em torno do questionamento da presença.

Arco fala que estar na Universidade é uma luta, ela entende que a Universidade é um lugar de poder e como lugar de poder tem suas diferenças

por ela ter vindo de uma escola pública, de um bairro periférico. Ela conta que por mais que a Universidade a proporcionou um lugar de fala ainda se questiona sobre seu lugar aqui.

[...] A gente ainda sim pensa... o que essa pessoa tá pensando de mim? Quando fui fazer uma apresentação sobre um projeto de pesquisa, eu tava ali pensando, poxa, eu sou a única negra aqui dentro? É... e a gente **sente o nervosismo, a ansiedade maior** né? O tempo inteiro. **Eu tenho que ser muito bom pra dar conta disso** e provar pras pessoas que eu não sou isso. (Arco, grifos nossos)

Esse sentimento de ter que provar que é bom é muito comum em pessoas negras. Somos levadas a fazer mais, estudar mais, pesquisar mais, saber mais o assunto por medo de questionarem nossa capacidade intelectual. Dessa forma se vive em uma via dupla do que é ser negro em um ambiente majoritariamente composto pela população branca. Fanon (2020) fala que o negro precisa ser negro diante do branco, ou seja, existe uma ambiguidade na existência do negro que é norteada pelo que se espera dele por meio do olhar do branco. O branco é o que é considerado ideal, portanto, se estamos em um lugar onde o branco não tem sua intelectualidade questionada, preciso provar que possuímos a capacidade de ocupar esse espaço.

Em uma aula que Arco estava pela manhã uma professora disse que ela trazia mais cor para a turma do matutino. Ela não enxerga isso como um ato racista, mas o que seria a não ser isso? Quando conversávamos a questão econômica também se apresentou como um elemento que marca a vivência de estudantes negras/os. Muitos estudantes do período noturno acreditam que existe uma diferença econômica de quem estuda a noite e quem estuda de manhã. Arco diz que tem certeza que se estudasse na parte da manhã sentiria muito mais essa diferença, mesmo sendo negra de pele clara como a mesma se denomina. Quando vem fazer supervisão na clínica¹⁹ da UNIVALE no período matutino relata que

Só que eu nem passo por ele [a entrada de acesso ao prédio central da universidade], porque tem um caminhãozinho escondido ali, eu sempre

¹⁹ A supervisão clínica é feita no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UNIVALE. No SPA os alunos tem oportunidade de realizar parte dos estágios curriculares, também atuam na prestação de serviço à comunidade local e cidades vizinhas. Disponível em: https://univale.br/clinicas_integradas/servico-de-psicologia-aplicada-spa/. Acesso em: 25.mai.2025.

gosto de passar por lá. Pra não ter que ficar também né... **porque né, as pessoas ficam olhando porque eu não sou... realmente, eu não sou daqui da manhã.** (Arco, grifos nossos)

Esse caminho que ela gosta de passar é a parte de trás da Universidade, pouco acessada por estudantes que não tem um veículo próprio, fica mais perto do Rio Doce, tem mais árvores, é um pouco mais ermo. A entrada central, onde a maioria dos estudantes se concentra é acessada pela via principal da Universidade, tem mais pessoas, não tem tantas árvores cobrindo o caminho, o estacionamento é pavimentado...

Paramos para analisar então a ação corpórea que essa mulher faz. O que está por trás desse caminhar por de trás da UNIVALE? Ela me diz que tem a sensação de que estão olhando para ela, questionando sua presença ali, porque ela não aparenta ser uma aluna da manhã, por isso ela gosta de fazer esse outro percurso. Porém, ela só faz esse percurso quando está sozinha, quando está em um grupo de amigas que se sente confortável consegue passar pelo caminho principal e se sentar no meio de todos.

Sua estratégia corpórea revela, portanto, **o des-locamento da segurança.** Ela não se sente segura sozinha em um lugar ao qual não enxerga sua presença como natural. É mais seguro passar por um lugar deserto e não ter sua presença sentida, do que ter que experienciar olhares diferentes sobre ela. O que o corpo nesse caso faz é se resguardar, transitar pelo campus como que sem se fazer presente. O corpo-território se habituou a isso, a enxergar o poder que pessoas de um grupo racial que dita as normas do que é considerado aceitável.

Da mesma forma temos Valkira. Ela contou que antes de cursar Pedagogia havia cursado três períodos de Engenharia Civil e Ambiental na UNIVALE. A mudança de curso veio devido à falta de identificação, não conseguia se enxergar na sala, já que não tinha outras pessoas negras e a classe social era diferente da dela. Ao conversarmos sobre como se sente na Universidade disse que é difícil porque se sente diferente no meio das outras pessoas. Seu corpo sente as

influências do território (as relações de poder) ao se resguardar, ela não se identifica muito com alguns lugares no campus da Universidade.

[...] quando você vai a um evento, vai a algum lugar que tem pessoas mais claras, **eu me sinto tipo oprimida**. E depois que eu vim pra universidade, eu comecei a me deparar com isso com mais frequência. Então, as vezes vai ter pessoas que falam assim, nossa [...] ela é fechada, ela é séria. Vai ter pessoas, não ela conversa, porque eu tenho essa divisão. E quando a pessoa é muito clara assim, seu eu não me acostumar, se eu não me adaptar bem com a pessoa, eu não vou me soltar. (Valkira, grifos nossos)

Ao ficar “mais na dela”, mais quieta, se relacionando apenas com quem tem segurança mostra as guardas levantadas que acumulou durante sua vida. Ela mesmo diz que “só por você ser negro, você já está marcado” e ainda completa em outro momento da nossa conversa que precisa se adaptar em algumas situações porque já carrega tantas experiências doloridas de racismo que já se acostumou: por exemplo, ela não tira foto na faculdade com a turma ou com os amigos se não tiver mais de uma pessoa negra, porque quando entrou no curso de Pedagogia postou uma foto no Instagram e uma amiga comentou que ela era “o único pontinho preto na foto, você estragou a foto sua boba... fica tirando foto no meio desses povo...”. Depois disso ela se retraiu mais ainda, disse que é mais difícil se soltar.

Ela tem um sentimento de **des-locamento com pessoas não-negras**. Ela se distancia dessas pessoas devido aos olhares que já recebeu fora e dentro da Universidade “[...] tem pessoas mais claras que chegam perto de mim que eu já fecho a cara, ah pode ser uma pessoa boa, maravilhosa as vezes, mas eu não sei, **não se é minha defesa eu ficar séria e me calar**”. Sua estratégia para conseguir continuar na Universidade é o distanciamento. Se ela se distancia tem menos chance de sentir as repercuções dos atos racistas.

Carolina Maria formou durante o período da pesquisa e ingressou em um programa de pós-graduação da instituição. As experiências raciais que me relatou quando conversamos sobre a Universidade estão centradas no atual momento de sua carreira acadêmica. No que diz respeito a sua trajetória na graduação de

Direito me falou que ela era tida na sala como a referência quando o assunto era negritude, relações raciais e afins: "já teve situações em sala de aula de alguns colegas falarem: fala pra [...] que essa matéria é ela quem gosta, **como se a negritude fosse particularidade só minha né, não é...**".

Existe essa questão para pessoas negras. É esperado que tomemos o ser negra como parte principal de nossa identidade. Quando discuto sobre assuntos relacionados a dissertação ou sobre relações étnico-raciais no geral sinto que apenas eu falo, é como se meus colegas e professores não se atrevessem a pensar racialmente, como se apenas eu tivesse "validação" para explicar o assunto. Passamos a ser representantes da raça e isso também é um ato violento do racismo, pois objetifica a pessoa negra e a classifica ainda dentro de um sistema colonialista (Kilomba, 2019).

Em sua formação Carolina Maria já tem uma caminhada que pensa a raça e o gênero. O letramento racial e o desejo de uma educação que olhe para o outro é muito presente em sua fala ao tratar de sua experiência agora na pós-graduação. Ela afirma que sente que isso (a pós-graduação) não é pra pessoas negras.

Anota isso ai, porque essa é minha entrevista, então você pode anotar que eu como estudante, como mulher negra, mãe solo e [...], eu estou com esse sentimento... Se eles querem que a gente fique, se você é bolsista, se eu sou bolsista de ação afirmativa da UNIVALE, se eles precisam da gente , porque é bom pra instituição, é bom pra gente também, como pessoa boa, como profissional, como classe social, como pessoas negras, **eles precisam ajudar a gente a ficar sem adoecer.** (Carolina Maria, grifos nossos)

Esse sentimento de não ser para nós é partilhado também por mim. Em uma disciplina do mestrado (Vulnerabilidades e Violência Contemporâneas) estávamos discutindo sobre vulnerabilidade e violência e percebemos no decorrer do tempo que o marcador raça estava presente em todas as vulnerabilidades levantadas por nós mestrandos. No início de 2024 tivemos a presença de um coletivo afro da cidade, o Abayomi. Nessa aula as crianças do coletivo falaram a respeito episódios racistas que aconteceram com elas nas

escolas, eram duas meninas e um menino. As meninas relatavam falas sobre o cabelo, sobre a inteligência que muitas vezes eram questionadas, sobre os apelidos que nelas colocavam. Naquele momento, enquanto duas adolescentes relatavam suas dores tão cedo, me lembrei de todos os afrontes que já sofri por ser negra e depois por ser mulher.

É muito difícil o período de adaptação a estrutura de um curso de pós-graduação. Quando entrei no mestrado lembro de olhar para a minha sala e só ver pessoas que já possuíam uma caminhada de trabalho, me perguntei o que estava fazendo naquele lugar recém-formada, sem experiência. O primeiro ano foi cansativo, a carga de leitura muito alta (o que é esperado), o protagonismo que agora temos enquanto pesquisadoras, é uma responsabilidade muito grande.

Ela disse que sente isso como um conflito. O conflito de não conseguir manter o padrão que colocamos sobre nós. O conflito de não ter leveza no percurso. Ela até mesmo questiona o porquê para pessoas negras obter o estudo é mais complexo e sofrido. Carolina Maria se caracteriza como uma pessoa obstinada para tudo, gosta de se dedicar, quer mostrar a capacidade que tem, porque pessoas negras trazem essa carga sobre si. **Seu des-locamento está em sentir o desânimo.**

"Então não é pra todo mundo entendeu? Então a gente já é **repelido**, só fazendo essa análise assim, a academia nos quer, mas não dá condições para gente ficar em condições de saúde mental ". É desanimador perceber que existe uma rejeição, esse sentimento de repelir é expressado internamente no corpo. O desânimo faz com que se criem alternativas para lidar com a frustração de estagnação do lugar: desejo de falta, não querer ir, querer desistir. O desânimo, sentido corporalmente, nos faz retrair em nossas relações, passa-se a desgostar do lugar, das pessoas, do contexto em geral. É uma resposta à questão que está entre linhas: o sentimento de não pertencimento.

Lilás nos apresenta o **des-locamento enquanto castigo**. Assim como as demais estudantes ela também tem uma questão com o questionamento do

lugar, se perguntando se faz mesmo parte da Universidade, se ela pode estar ou não nos espaços que ocupa hoje. Ela relata que se sente rejeitada na sala de aula e que por isso já pensou muitas vezes em desistir. Essa é a mesma resposta dada ao fenômeno do desânimo discutido anteriormente. Desistir seria “mais fácil” do que continuar tendo embates com os outros. A questão do des-locamento se dá também pelo sentimento de **sufoco** ao se ver em uma reunião de pesquisa, no primeiro período da faculdade, em que ela era a única estudante da graduação em meio a doutores e mestres, que conversavam sobre a organização do laboratório e da pesquisa, sem se atentar se ela estava entendendo ou não o que se falava, mesmo com seu orientador tentando a incluir no processo **seu corpo gritava que ali ela não pertencia**. Isso fez com que ela se isolasse, seu corpo compreendia que ali não era seu lugar, então se retraiia nessas situações de desconforto.

Eu lembro do primeiro dia, eu fiquei muito chateada, e a professora que na época era minha coordenadora, então assim, por que que ela foi me enfiar nesse lugar, **ela fez maldade comigo**, o que eu tô fazendo aqui, que só tinha um [pesquisador] que já tava organizando para entrar no doutorado e o resto era tudo doutores, eram mestres, doutores. O que uma aluna, que não sabia nem o que que tava fazendo, entre aspas, nem o ABC direito, ela sabendo sentar naquela mesa, ao mesmo tempo era gratificante, que era aquilo que era meu sonho, mas ao mesmo tempo, era pra mim, **insignificante: o que eu tô fazendo aqui**. (Lilás, grifos nossos)

Ela era a única estudante negra da reunião. Estava sentada com as costas retas, séria, anotando tudo o que estava sendo dito mesmo sem entender muito bem o que estava acontecendo. Ela relatou que sentia muita insegurança nesse dia, mesmo com a presença de seu orientador, que sempre apontava que ela tinha um papel na pesquisa, e só passou a se sentir um pouco mais à vontade quando outra professora (que também estava com uma disciplina na turma), que é negra, chegou para a reunião e percebeu como o corpo dela falava que estava sufocado. Essa professora então sentou perto dela e começou a decifrar a reunião, segundo ela as vezes escutava que depois ela explicaria tudo com mais calma. Só assim ela sentiu um pouco de familiaridade com o lugar. Ao ver uma

pessoa que se parece com ela que enxergava o que os outros também não percebiam.

Sua posição corporal, a maneira como se portava era em isolamento. Ela disse que quando chegava na Universidade ficava andando pelo campus, procurando um lugar para se isolar. Veja, mesmo com o orientador de Lilás a acolhendo no laboratório, reforçando que ela tinha um lugar dentro da universidade, insistindo que ela tinha potencial, ela ainda tinha resistência a fazê-lo. O isolamento é uma estratégia corpórea para o des-locamento. O sentir, corpo-mente, faz com que olhemos quais as diretrizes que os sentimentos, sensações tem na relação material/imaterial. Como eles se transpõe na relação com e no mundo.

Os apontamentos das falas das conversantes pode ser entendido a partir do que Kilomba (2019) apresenta como esquema racial, que é o racismo revelado corporalmente que guiam pessoas negras pelos espaços.

Trata-se, na verdade, de um “esquema racial” inscrito na pele e que nos guia através do espaço. Memórias, lendas, piadas, comentários, histórias, mitos, experiências, insultos, tudo isso inscrito simbolicamente na superfície das nossas peles, nos dizendo onde sentar e onde não, aonde ir e aonde não, com quem falar e com quem não falar. Nos movemos no espaço, em alerta, através desse esquema epidérmico racial... (Kilomba, 2019, p. 174-175)

Essas estratégias e des-locamentos podem ser compreendidas a partir dos conceitos de con-vívio e dis-córdia que De Paula (2024) apresenta em seu texto sobre a geograficidade do corpo negro nos territórios e lugares. Con-vívio e dis-córdia aparecem como “jogo entre a presença de si e do outro nos espaços” (De Paula, 2024, p. 127), os três elementos, quando pensados a partir da racialidade do corpo negro, se desvelam na cotidianidade do corpo/ser negro no mundo contemporâneo.

Numa perspectiva da geografia encarnada, De Paula atenta que pensar os atravessamentos, tensionados pela vivência racial e pela experiência corporal, é o que impulsiona a experiência enquanto ser presente: que tem intencionalidade,

posicionalidade... Como então pensar a relação entre des-locamentos, jogo da presença com a fissura do pertencer?

Faço aqui a seguinte correlação: con-vívio é estratégia lugar-corpórea; dis-córdia é o des-locamento; o jogo da presença: o ser-negra num território-lugar em que a raça importa, ainda que veladamente. Con-vívio é lugar (sentido); dis-córdia é território (poder) e presença é sentir-com em relação ao mundo. Por trazer a experiência como caminho para falar do papel do corpo em relação ao mundo entendemos que estamos indissociáveis dele. Da mesma forma, estamos para os territórios e lugares em existência conjunta: influenciamos o espaço da mesma forma que ele nos influencia (De Paula, 2024).

Con-vívio e dis-córdia são indissociáveis do que se dá ou se realiza externamente, são indissociáveis do mundo, do espaço. E o pensamento sobre esta relação entre espaço (nas formas de lugar e território), con-vívio ganha nova profundidade se atentarmos que lugar e território são corporalmente constituídos. (De Paula, 2024, p. 136)

Se território e lugar são constituídos corporalmente, se tornam categorias para reverberar a não divisão relacional entre corpo-mundo. Na construção do pensamento sobre o ser-negra os espaços que pessoas negras frequentam devem ser marcados pelo racismo. Sentimos com nosso corpo o que o território e o lugar permitem. Nesse sentido, o sentir é a chave para o desvelar da existência a partir do corpo.

O racismo faz com que tenhamos estratégias para viver, para se sentir seguro, seja a roupa, o cabelo, a como e o que falar, como e o que vestir, em qual lugar não vamos destoar. Imagine você: não andar nas áreas comuns da Universidade, não se sentir adequada em sala de aula, se sentir invisibilizada. Tudo isso é revelado no corpo, em como respondemos corporalmente a essas violências. São estratégias que brotam da própria relação de quem sou corporalmente no mundo. As estratégias corpóreas fazem com que tenhamos um corpo-território mutante: a cada território-lugar se cria estratégias diferentes para lidar com as situações; usando o conceito merleau-pontiano o corpo faz um

esquema corporal diferente a cada interação. A cada situação de des-locamento, provocado pelo acúmulo racial, uma nova estratégia é criada e adicionada no habitual do corpo, assim quando encontramos violências raciais nosso corpo consegue responder as intenções, mesmo que de maneira inconsciente.

Essas mutações estratégicas sentidas e reveladas corporalmente contribuem para **a limitação do corpo**. O corpo da mulher negra é limitado. O acúmulo contribui para a experiência de se sentir limitada, que tudo que você é não pode ser expressado. A experiência de limite, de des-locamento aparece nas mulheres com quem conversei. Com Arco o limite está no desviar do caminho. Com Valkira está na sua relação com pessoas não-negras, de se reprimir para se preservar. Com Lilás está no se sentir castigada em uma reunião de pesquisa, no isolamento. Com Carolina Maria está no sentimento de não-lugar na academia, o que faz com que não se sinta parte pertencente do território-lugar Universidade. Não são sentimentos palpáveis, mas não deixam de ser expressados corporalmente (De Paula, 2024).

A fissura do pertencer se encontra, portanto, no culminar dessas experiências, desses acúmulos raciais, que marcam os corpos-territórios. É interessante observar que mesmo com todas as experiências raciais que findam nos des-locamentos, as conversantes ainda enxergam a Universidade como lugar de oportunidade, que devem ocupar para mostrar que ali também é seu lugar. “Eu permaneço lá como forma de ocupar o nosso espaço... fazer valer a nossa luta” (Carolina Maria). “[...] o que move a pessoa a permanecer não é um papel, mas sim sua origem, sua cultura, e a história que lá atrás foi deixada...” (Valkira). “[...] eu entendo [permanecer] como uma forma de lutar, luto pelos meu pai, pelos meus tios que são pessoas que assim engessaram naquela dor, que as vezes parece que é infinita...” (Arco). “[...] eu tive que impor que aqui é meu lugar... que a Universidade é pra mim...Eu preciso criar uma estratégia de como eu vou fazer, porque aqui realmente encontrei o meu lugar, aqui me sinto como sujeita... como ser humano” (Lilás).

A fissura, o desejo de pertencer na verdade é o con-vívio e dis-córdia andando juntos. É entender que permanecer também pode ser um caminho para o pertencimento. É se fazer presente, é mesmo com os acúmulos e deslocamentos raciais escolher ficar. Não é algo individual, como tudo na luta do movimento negro, mas sim algo coletivo. Não fazemos apenas por uma mulher, mas carregamos a história de diversas mulheres, homens e crianças negras que vieram antes de nós. Esse também é o peso que está por trás da fissura.

ABRINDO CAMINHOS DE REFLEXÃO



[Variação de Sankofa – Quem toma as rédeas abre caminho]. Reprodução: Mendes Wood DM.
óleo sobre tela
70 x 60 cm
2021
Antonio Obá

Falei no início do texto que o que propunha com a dissertação é fazer uma reflexão sobre as experiências de mulheres negras no ensino superior. Olhamos para a experiência encarnada como caminho para revelar a existência de um grupo minoritário em um território-lugar de poder e sentido que favorecem a branquitude, ainda que de forma inconsciente.

O campo de pesquisa deste trabalho foi a UNIVALE, mas as discussões que levantamos aqui podem ser reproduzidas em outras instituições. É preciso que falemos sobre raça e suas interseccionalidades. É necessário que exista uma educação antirracista não apenas na educação básica, mas também nos demais segmentos educacionais. Professores e funcionários de Instituições de Ensino Superior precisam ser letrados racialmente para que se atentem a realidade da sociedade brasileira e permitam que pessoas negras se sintam pertencentes ao ambiente acadêmico.

Quando me reconheci enquanto mulher negra comecei a ver a Universidade como um lugar que não tinha pessoas como eu. Estudava no período noturno, mas mesmo assim não via tantas pessoas pretas. E disso compreendemos que é o retrato de um contexto de expropriação econômica e social que atravessam a vida da população negra no Brasil, onde precisam trabalhar como forma de garantir sua sobrevivência e muitas vezes fazem duplas (e triplas jornadas se considerarmos as demais funções que mulheres negras exercem: mães, esposas, donas de casa).

Minha cor fala mais alto, ela chega primeiro. Ela mostra que não sou igual a uma pessoa branca, e isso é para além do estético, do físico. Minha cor fala que eu incomodo, que minha presença não é bem-vinda ou bem vista, que sou inferior, que para ser alguém nada vida preciso negar minha ancestralidade, meu cabelo, minha pele, meus traços, me adequar ao outro. Minha cor fala sempre que preciso de algo a mais para ser suficiente, porém muitas vezes nem aquilo que acumulo buscando esse preenchimento que é colocado sobre mim é aceitável, nunca serei excelente, no máximo esforçada, mediana. Minha cor fala a forma como vou ser percebida independente do lugar que eu esteja. Esses sentimentos foram expressados no fenômeno que se apresentou durante o campo.

Conversando com as mulheres, toda vez que as questionava sobre o que é permanecer no ensino superior as respostas vinham sempre: aqui é um lugar de luta, aqui eu quero mostrar que outras pessoas também podem chegar a Universidade, que aqui também é nosso lugar. Mas como vou pertencer se esse lugar não me permite existir? Usam da minha cor para falar de diversidade, mas não me enxergam. Não tem gente preta nos outdoors, não tem programação em novembro.

No que diz respeito às vivências dos estudantes negros nas Universidades são compreendidas que as experiências vividas por eles são pautadas pelo racismo e pelo lugar de inferioridade que o negro é acometido (Pereira et. al, 2021; Cirqueira, 2017). Se somos colocados em espaços de inferioridade, os atravessamentos que acontecem na vida também são percebidos através deste local.

O que esse movimento faz é negar a experiência vivida do negro. Quando pensamos o corpo/corporeidade nesse sentido ambíguo acabamos por unificar todas as vivências em uma visão que continua a propagar a inferioridade e um distanciamento da existência negra no mundo. Todas essas ações foram instituídas no processo de construção identitária e são resultado da formação histórica de nossa sociedade. Porém, enxergar o corpo como parte do processo de reafirmação da existência no mundo indica que nós não nos desassociamos dele: estamos no mundo e nos relacionamos com o mundo, somos o mundo (Fanon, 2020; Merleau-Ponty, 2018).

Aqui não é nosso lugar, não tem como eu querer pertencer se não que eu exista. Se me veem como algoritmo, assunto de pesquisa, sem olhar para a pessoa, para a história de vida, para o que temos a falar. O movimento mais complexo dessa pesquisa foi pensar as experiências do campo juntamente com a minha própria experiência, já que comprehendo que não há dissociação entre eu, meu corpo e o mundo. Percebi que por mais que sejamos mulheres negras, nossas experiências, nossa fissura por pertencer não é a mesma.

A questão do pertencer/permanecer também é ambígua, diz respeito tanto a identidade quanto ao direito de estar e se fazer presente. No decorrer da pesquisa compreendi que a Universidade não pode ser caracterizada apenas

como território, nem tampouco apenas como lugar. Ela é a junção dos dois conceitos. É território porque é mantida por relações de poder, mas também é lugar porque dou sentido ao espaço, ao mesmo tempo que quero me identificar no lugar preciso lutar para que a minha presença seja considerada existente na hierarquia do poder.

Por isso que a fissura de pertencer é profunda. A violência racial acontece o tempo todo, por isso é difícil a pessoa negra se sentir pertencente. Como pertencer se muito do que vive não é validado ou discutido no território da Universidade?

O acúmulo de certa forma limita a expressão do corpo. O que limita o corpo da mulher negra? A raça e o gênero, isso de certa forma nos limita. Temos experiências racistas que marcam nossas vidas, no caso das conversantes as experiências estão sempre passando pelo não-lugar, pela solidão, pelo não-pertencimento, mas é de se sentir des-locada, de não ter lugar. **O acúmulo dessas experiências racistas é o que revela esses des-locamentos dentro da Universidade.**

Quem já olhou para o que o corpo de uma estudante universitária negra sente? O que estes corpos podem revelar sobre raça, relação com o outro e a Universidade? Pensar, em uma perspectiva fenomenológica, a vivência dos estudantes negras a partir do corpo-território implica em considerar as experiências vividas como caminho para desvelar a existência.

Referências

- AHMED, S. A phenomenology of whiteness. **SAGE Publications**: London, vol. 8 (2): 149-168, 2007.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Polen, São Paulo, 2019.
- ALVES, E. C. S.; MOREIRA, W. W. Corpo/corporeidade do negro. **Dialogia**, São Paulo, n.38, p. 1-14, 2021.
- ALVES, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUER M.W.; AARTS B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: Bauer M, Gaskell G, organizadores. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: **Vozes**; 2002. p. 39-63.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Informe MIR: monitoramento e avaliação, nº 2 – edição mulheres negras. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>. Acesso em 27.fev.2025.
- BRASIL. BRASIL. **Senado Federal. Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.
- CEDRA. **Quantidade de matrículas por categoria administrativa, apoio social, sexo e raça/cor, 2009-2019**. INEP. Censo Escolar da Educação Superior, 2024. Disponível em: <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/quantidade-de-matriculas-por-categoria-administrativa-apoio-social-sexo-e-raca-cor-2009-2019/#/serie-historica>. Acesso em: 23.mai.2025.
- CIRQUEIRA, D. Racismo e Experiência do Lugar em Estudantes Negras e Negros. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFSM), v. 21, p. 72-87, 2017.
- COLLINS, P. H. BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

Crenshaw, K. W. (1991) “**Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color**”.

Cruz, M. V. dos P., Santos, F. C. A., Rattis, P. M. T., & Fajardo, R. de C. A. (2022). Desafios para mulheres negras enfrentarem desigualdades em cursos de graduação na escola de Engenharia de São Carlos. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 14(42), 30–57. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1465>.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, São Paulo, 2016.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 223p.

DE PAULA, F. C. Constituições do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real. 2010, 129 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Pós- graduação em Geografia análise ambiental e dinâmica territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

DE PAULA, F. C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da Fenomenologia. **Geotextos**, Salvador, vol.7, n.1, p. 105-126, jul/2011.

DE PAULA, F. C. Resiliência encarnada do lugar: vivência do desmonte em Linha (Brasil) e Mourenx (França). **Tese** (Doutorado em Geografia). Campinas, SP: Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas, 2017.

DE PAULA, F. C. Ser corpo-negro: con-vívio, dis-córdia e presença nos 33 lugares e territórios. In: **Figuras da carne: diálogos com Merleau-Ponty**. São Carlos: Pedro & João Editores e São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2024, p.119-154.

DUQUE, T. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32 – , 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i3.66509. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66509>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Ubu Editora, São Paulo, 2020.

FERES JR., J. et al. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018.

GOMES, Nilma Lino Gomes. Educação, raça e gênero, relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Raça e gênero, v.6_7, p. 67-82, 1996. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-090510gomes.pdf>. Acesso em 1/3/2025.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, 2003.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03.** 'ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. , p. 39-62.

GOMES, N. L. "O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas". **Revista de filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021, pp. 435-54.

GOMES, N. Ximenes, S. B. Ações afirmativas e a retomada democrática. **Educação & Sociedade [online]**. 2022, v. 43, p. 1-5.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, R. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – USP**, São Paulo, 2005, p. 6774-6792.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, 2023, p. 1-7.

hooks, bell. **Escrever além da raça:** teoria e prática. Editora Elefante, São Paulo, 2022.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista TERRITÓRIO**, ano II, nº 3, 1997, p. 77-85.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, nº 7, 1999, p. 67-78.

HOLZER, W. O conceito de Lugar na Geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, Niterói, nº 10, 2003, p. 113-123.

HOLZER, W. Lugar. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, nº 47, 2019, p. 130-134.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Lopes dos Santos, J. P., & Moreira, N. R. (2024). Processo de subjetivação da mulher negra universitária: incidências de gênero, raça e classe. **Diversidade E Educação**, 10(1), 277–304. <https://doi.org/10.14295/de.v10i1.13866>

MAGALHÃES, A. C. M. SILVA, M. J. A. **Políticas públicas em educação, ações afirmativas e mudanças sociais**: lutas por equidade e cidadania. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38904/1/2013_eve_acmmagalh%C3%A3es.pdf. Acesso em: 07.jul.2023.

MARANDOLA JR., E. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n.25, p. 67-79, 2005a.

MARANDOLA JR., E. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Caderno de Geografia (PUCMG)**, Belo Horizonte, v. 15, n.24, p. 49-67, 2005b.

MARANDOLA JR., E. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, ano 21, v.2, n.25, p.67-79, jul./dez, 2005c.

MARANDOLA JR., E. **Ensinar-aprender fenomenologia**: trilhas de um pensar e de um fazer pela experiência. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024. 190p.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018. 662 p.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Experiências do corpo-território: possibilidades afro-brasileiras para a Geografia Cultural. **Élisée, Rev. Geo. UEG**, Porangatu, 2017, p. 116-128.

MUNANGA, K. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia IN: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004.

MUNANGA, K. (2012). Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 4(8), 06–14. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246>

NIEROTKA, R.L. TREVISOL. J.V. Políticas de democratização do acesso à educação superior e ações afirmativas. In: **Ações afirmativas na educação superior**: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul [online]. Editora UFFS, Chapecó, 2019, pp, 40-64.

NÓBREGA, T. P. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n.2, p. 141-148, 2008.

OLIVEIRA, A. P. de O. MATTOS, A. R. Identidades em transição: narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 19(2), 445-463, 2019.

PERMANÊNCIA, in Dicionário Priberam de Língua Portuguesa [online], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/perman%C3%A3ncia> [consultado em 25-11-2024]

PERTENCER, in Dicionário Priberam de Língua Portuguesa [online], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/perman%C3%A3ncia> [consultado em 25-11-2024]

PEREIRA, A. C. et. al. Os impactos sociais e psicológicos do racismo nas relações interpessoais dentro do ambiente acadêmico das universidades particulares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 2, p. 229-315, 2021.

QUEIROZ, R. C. de S. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Cad. Gêni. Tecnol.**, Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, 2019.

REZENDE, A. M. de. BIANCHET, S. B. **Dicionário do latim essencial**. Autêntica, 2014.

RIOS, R. R. Pretos e pardos nas ações afirmativas: desafios e respostas da autodeclaração e da heteroidentificação. In: DIAS, G. R. M. TAVARES JÚNIOR, P. R. F. (Orgs.). **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018. 267p.

RODRIGUES, H. d. S., SACARAMENTO, D. d. B., GUADALUPE, V. d. O. A. (2024). RACISMO AFETIVO-SEXUAL E O PRETERIMENTO DA MULHER PRETA: O AMOR TEM COR? DOES LOVE HAVE A COLOR?. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As** (ABPN), 15(43).

SANTIAGO, G. H. P.; GAUDENZI, P. "Falar de mulher preta, isso me atravessa": observações a partir de vídeos on-line sobre racismo e sofrimento psíquico. **PHYSIS. REVISTA DE SAÚDE COLETIVA (ONLINE)**, v. 34, p. 1-17, 2024.

SARAMAGO, L. Como ponta de lança: o pensamento do lugar em Heidegger. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 193-226.

SANSONE, L. Nem sempre preto ou negro. O sistema de classificação da cor no Brasil que muda. **Afro-Asia (UFBA)**, Salvador- Bahia, n.18, p. 165-188, 1997.

SANTOS, R. E. N. D. O Movimento Negro Brasileiro e sua Luta Anti-Racismo: por uma Perspectiva Descolonial. **Yuyaykusun**, v. 6, p. 15-30, 2013.

SANTOS, R. E. N. D. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: Renato Emerson dos Santos. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. 1ed. Petrópolis: DP et Alii, 2012, v. 1, p. 36-66.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. Contexto, São Paulo, 2023.

SODRÉ, M. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Vozes, Petropólis, 2023.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. 2^a ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

TINTO, V. **Through the Eyes of Students. Journal of College Student Retention**: research, theory & practice, 2015, p. 1-16.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE. Projeto de pesquisa: **Políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior em Governador Valadares: uma discussão sobre acesso e equidade**. 2021.

UNIVALE. Univale, ®Copyright 2000 – 2024. **Conheça a Univale**. Disponível em: <https://univale.br/conheca-a-univale/>. Acesso em: 05.mar.2025.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE. **Plano Institucional De Inclusão E Acessibilidade.** Disponível em: <https://www.univale.br/plano-institucional-de-inclusao-e-acessibilidade-univale/>. Acesso em: 05.mar.2024.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE. Edital UNIVALE Nº 091/2024. [Processo Seletivo para ingresso no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, nível de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar, da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE]. Disponível em: <https://univale.br/wp-content/uploads/2024/10/Edital-UNIVALE-091-2024-Processo-Seletivo-GIT-2025.1-6.pdf>. Acesso em: 10.mar.2025.

VEDOVATO, V. (2024). Interseccionalidade e Vivências Acadêmicas: Reflexões sobre a experiência de mulheres negras na USP. In **SciELO Preprints**. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9728>

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, 01 ago. 2014.

Anexos

Anexo A

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Dados Do Projeto De Pesquisa

Título da Pesquisa: POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM GOVERNADOR VALADARES - UMA DISCUSSÃO SOBRE ACESSO E

Pesquisador: EDMARCIUS CARVALHO NOVAES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58230722.6.0000.5157

Instituição Proponente: Fundação Percival Farquhar/ FPF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Dados Do Parecer

Número do Parecer: 5.486.437

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, referente às práticas de execução das políticas afirmativas em instituições de ensino superior de Governador Valadares que favorecem o acesso e a equidade entre segmentos da população historicamente excluída do ensino superior: população negra, indígenas, pessoas com deficiência, grupos de identidades de gênero e diversidades sexuais, população com adoecimento mental.

A abordagem qualitativa da pesquisa se dará em razão da possibilidade de se gerar um rol de informações ricas e detalhadas, que mantém intactas as perspectivas dos participantes. Possibilita também uma compreensão do comportamento e suas manifestações, em um determinado contexto (BAUER & AARTS, 2002). Como em qualquer outro processo de envolvimento coletivo, se faz necessário o desenvolvimento do processo de construção do conhecimento

e não apenas de transmissão de informação. Preocupa-se com um nível de realidade social que não pode ser quantificado (MINAYO, 2007).

Para sua natureza teórica, serão realizados como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica (sobre vivências específicas dos grupos historicamente excluídos do processo educacional e das ações afirmativas que possibilitam o acesso ao direito à cidadania), e análise documental (das legislações externas e internas que determinam, por políticas públicas e/ou institucionais, práticas que favoreçam o acesso e equidade no ensino superior).

Já em seu corpus prático, o procedimento metodológico inclui pesquisa de campo, com a aplicação de entrevista semiestruturada com estudantes do ensino superior vinculados às instituições envolvidas no projeto de pesquisa, para se conhecer as narrativas destes sujeitos da pesquisa em relação ao atendimento vivenciado nas instituições, a partir de suas realidades enquanto sujeitos de grupos historicamente excluídos do processo educacional, bem como os apontamentos que favoreçam mudanças relevantes e necessárias para um atendimento equânime na trajetória formativa no ensino superior.

Objetivo da Pesquisa:

Analisa a implementação das políticas afirmativas de instituições de ensino superior de Governador Valadares relativas ao acesso e à equidade voltadas para segmentos da população historicamente excluídos do ensino superior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos previstos são decorrentes da exposição dos participantes a situações de estresse ao serem convidados a narrarem as situações de sua vida pessoal que remetem à memória ou geram experiências, que geram emoções. A pesquisa será suspensa caso sejam identificadas situações de risco. Você pode recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause constrangimento. Se isso acontecer, peça ao entrevistador para passar para a próxima pergunta.

Apesar da importância de sua contribuição, você tem o direito de desistir de sua participação em qualquer momento deste estudo, sem qualquer prejuízo, tendo o direito de buscar indenização e de ser resarcido pelos pesquisadores caso tenha algum prejuízo para sua plena participação na pesquisa. Para minimizar os riscos, serão garantidos:

- a) lugar reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras;
- b) atenção a sinais verbais e não verbais de desconforto; c) não violação e integridade dos documentos (danos físicos, cópia e rasuras); d)

confidencialidade e privacidade, proteção da imagem e a não estigmatização; e) não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; f) responsabilidade pela oferta de assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, além disto, garantia de ressarcimento e indenização; g) suspensão da entrevista imediatamente ao perceber algum risco ou danos à saúde do sujeito participante da pesquisa, consequente à mesma ou previsto no termo do consentimento; h) respeito à valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes; i) a inexistência de conflitos de interesses entre pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Caso a pesquisa seja feita de forma virtual, lhe será garantido o uso da tecnologia virtual sem nenhum ônus, inclusive caso você tenha a necessidade de utilizar alguma tecnologia assistiva, esta será previamente disponibilizada pela equipe do projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa se justifica pelo seu objetivo principal que é analisar implementação das políticas afirmativas de instituições de ensino superior, e neste sentido, perceber e fomentar práticas que favoreçam acesso e equidade entre segmentos da população historicamente excluídos do processo educacional no ensino superior. Acreditamos que sua efetivação reverberará em novos horizontes para as gestões acadêmicas das instituições de ensino superior locais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta: TCLE, Declaração de Instituição e Infraestrutura (IFMG, FADIVALE, UFJF, UNIVALE), Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável, Projeto Detalhado,

Folha de Rosto.

Recomendações:

O projeto atende integralmente as prerrogativas éticas estabelecidas

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende integralmente as prerrogativas éticas estabelecidas

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado do CEP considerou o projeto de pesquisa Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJECTO_1932087.pdf	15/04/2022 10:11:11		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	15/04/2022 10:10:52	EDMARCIUS CARVALHO NOVAES	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	15/04/2022 10:10:04	EDMARCIUS CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UNIVALE.pdf	14/04/2022 17:48:46	EDMARCIUS CARVALHO NOVAES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	FADIVALE.pdf	14/04/2022 17:48:39	EDMARCIUS CARVALHO NOVAES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UFJF.pdf	14/04/2022 17:48:25	EDMARCIUS CARVALHO NOVAES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	IFMG.pdf	14/04/2022 17:48:16	EDMARCIUS CARVALHO NOVAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/04/2022 17:48:00	EDMARCIUS CARVALHO NOVAES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOVERNADOR VALADARES, 23 de Junho de 2022

Assinado por:

Mônica Valadares Martins (Coordenador(a))

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000, BLOCO-B4, Salas 01 e 06

Bairro: Universitário

CEP: 35.020-220 GOVERNADOR

UF: MG

Município: VALADARES

Telefone: (33)3279-5575

E-mail: cep@univale.br

Anexo B

Roteiro de entrevista semiestruturada

Título: Políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior em Governador Valadares: uma discussão sobre acesso e equidade.

Pesquisador Responsável: Edmarcius Carvalho Novaes

Contato com o pesquisador responsável: Rua Israel Pinheiro, 2000, Universitário. CEP: 35030-440 Telefone: (33) 991403070

Primeira etapa: dados sociodemográficos

1. Nome:

2. Idade:

3. Gênero: () masculino () feminino () outro: _____

4. Estado civil:

5 Orientação sexual:

6. Ocupação:

7. Instituição de ensino superior:

8. Curso:

9. Período que cursa:

10. Cidade onde mora:

11. Marque o(s) motivo(s) que faz(em) com que você tenha um atendimento especializado em sua instituição de ensino superior

() ser pessoa com deficiência

() ser indígena

() ser pertencente à população negra

() ser LGBTQIA+

() não ser cisgênero

() necessitar de acompanhamento em saúde mental

() outro: _____

Segunda etapa: processos de identificação e vivências anteriores ao ensino

superior:

1. Partindo do(s) item(ns) acima informado(s) anteriormente, gostaríamos que você nos relatasse como tem sido essa sua experiência?
2. Você percebe que existem outras pessoas com esta mesma identidade ou situação em sua instituição?
3. Se sim, de forma geral, por quais motivos essas pessoas vivenciam dificuldades e necessitam de atendimentos especializados em sua instituição?
4. Antes de chegar ao ensino superior, em sua trajetória escolar, você também necessitou de atendimento especializado pelos mesmos motivos? Se sim, pode nos relatar como foram essas experiências?
5. De uma forma geral, para além do contexto educacional, você já vivenciou ou vivencia alguma situação que constrangeu ou constrange em razão desta sua identidade ou situação?

Terceira etapa: acesso ao ensino superior

1. Por que você escolheu este curso e esta instituição de ensino superior?
2. Como foi o processo para acessar o ensino superior?
3. Você participa de algum programa de cotas, financiamento estudantil ou descontos
(caso estude em instituição privada)?
4. O que você entende por ações afirmativas no ensino superior?
5. Você considera que elas são importantes? Por quê?
6. Você percebe que a instituição de ensino superior a qual você pertence, trata algum(ns) grupo(s) de forma(s) distinta(s)? Se sim, quais? E o que acha disto?

Quarta etapa: a equidade para fins de permanência no ensino superior

1. Você se sente tratado de forma diferente em relação aos seus colegas que não se identificam com os grupos ou não vivenciam as mesmas situações as quais você nos relatou?
2. Qual o seu grau de satisfação em relação às ações que sua instituição de ensino superior promove para atender às suas necessidades educacionais específicas?
3. Você sabe se a sua instituição de ensino superior também desenvolve outras ações para atender necessidades específicas dos demais estudantes? Se sim, conte-nos um pouco a respeito.

4. O que você entende por equidade durante o processo de formação no ensino superior?

Quinta etapa: propostas de melhorias das ações afirmativas institucionais

1. Na sua opinião, o que sua instituição de ensino superior pode fazer para ajudar na permanência de estudantes que possuem a mesma identidade ou situação que você possui e nos relatou?

2. Há alguma outra questão que nós não te perguntamos, mas você entende que é importante nos falar?